

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA

26 DE JUNHO DE 2006



No dia 26 de Junho, pelas 09 horas e 30 minutos no edifício do Auditório Municipal, Anfiteatro, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1- Tomada de Posse dos Membros do Conselho Municipal de Segurança de Mirandela;
- 2- **ACTAS** – Leitura, discussão e votação “Sessão Ordinária de 28 de Abril “2006”;
- 3- **PÚBLICO – 1.º Período de Intervenção;**
- 4- **Período de Antes da Ordem do Dia;**
- 5- **Período da Ordem do Dia;**
 - 5.1 – Apreciação da Informação do Senhor Presidente da Câmara nos termos da alínea e) do art.º 53.º do Decreto Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro;
 - 5.2 – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo “CPJP” – Lei n.º 147/99 de 01 de Setembro, art.º 17.º, alínea j). Eleição de 4 Membros da Assembleia Municipal;
 - 5.3 – Adesão à carta de Aalborg;
 - 5.4 – Empréstimo a Médio e Longo Prazo no valor de 1.450.000,00 €;
- 6- **PÚBLICO – 2.º Período de Intervenção.**

Constituição da Mesa:

A Mesa foi constituída pelos seguintes membros:

PRESIDENTE.....	José Manuel Pavão
1.º SECRETÁRIO.....	Jorge Manuel Pereira
2.º SECRETÁRIO.....	Humberto António Cordeiro

Verificação de presenças:

Conferida a folha de ponto, verificou-se haver um total de 53 presenças, pelo que foi declarada aberta a sessão pela Presidente da Assembleia Municipal, dado estar presente a maioria dos seus membros, tendo totalizado 60 membros no decorrer da sessão.

Membros em falta:

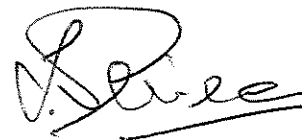
Dinis Humberto Veiga, Maria Isabel G. L. Velho Borges Pires, Otilia Raquel Fernandes Lima, Adérito Joaquim Ferro Pires, António Joaquim Pereira Figueiredo, Francisco Paradela Monteiro, Cristina Maria Ferreira Passas, José Domingos Carneiro, Rui Manuel Morais Fialho, Arménio Moisés Veiga, José António Costa Ferreira, Rui Manuel Vale das Neves, Fernando Manuel Gomes Alves, Luís José Herdeiro Mosqueiro, José Eduardo Gomes de Almeida, Armando Marques Janela, Maria de Fátima Bravo C. E. Santos, José António Ferreira, Armindo José Esteves, Paulo José N. Sobrinho, Bernardino Manuel Pereira e Hernâni Augusto Lopes.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, cumprimentou todos os presentes no Auditório, Executivo Municipal, Membros da Assembleia, Público presente, bem como os representantes da Comunicação Social.

PONTO N.º 1 –TOMADA DE POSSE DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DE MIRANDELA.

O Senhor Presidente da Assembleia, conforme previsto, conferiu posse aos Membros das diversas Instituições que integram o Conselho Municipal de Segurança, os quais foram chamados a fim de assinarem o respectivo termo de posse.

Representante do CDS/PP na Assembleia Municipal de Mirandela
Representante da CDU na Assembleia Municipal de Mirandela
Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela
Presidente da Junta de Freguesia da Torre de D. Chama e
Polícia Segurança Pública de Mirandela
Guarda Nacional Republicana de Mirandela
Guarda Nacional Republicana de Torre de D. Chama
Associação Comercial e Industrial de Mirandela
Bombeiros Voluntários de Mirandela
Bombeiros Voluntários de Torre de D. Chama
Instituto de Solidariedade e Segurança Social
ESTGM de Mirandela
ISEIT de Mirandela
Escola Secundária de Mirandela
Agrupamento Vertical de Escolas Luciano Cordeiro de Mirandela
Agrupamento Horizontal de Escolas de Carvalhais
Santa Casa da Misericórdia de Mirandela
Centro Hospitalar do Nordeste/Unidade Hospitalar de Mirandela
Cento de Saúde de Mirandela
Confederação Nacional de Agricultores
Representante Sindical
Representante das Associações de Pais do Concelho.



PONTO N.º 2- ACTAS – LEITURA, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE JUNHO DE 2006.

Votação:

Votos Contra.....0

Abstenções.....0

Votos a Favor.....Unanimidade

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Acta de 28/04/2006.

PONTO N.º 3 – 1.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO ÁBERTO AO PÚBLICO.

O Múncipe Sr. Carlos Fraga, residente em Mirandela, teve a seguinte intervenção:

Apresento através da Mesa, o meu nome é sobejamente conhecido, Carlos José Fraga, um grande bom dia por inteiro a todos, sem excepção, com votos de uma boa sessão de trabalhos.

Sr. Presidente desta Assembleia, queria aqui dizer duas ou três coisas, nomeadamente que são respectivas às minhas intervenções que tenho tido enquanto cidadão e das quais não pretendo abdicar. Tem sido intervenções oportunas, livres e democráticas, assim será no futuro, sempre que me for possível e sempre que seja oportuno, agradeço sempre o conselho de alguém, de uma voz amiga de alguém que saiba mais do que eu, mas jamais confundirei liberdade com libertinagem. Estou aqui como cidadão, não me faz diferença absolutamente nenhuma estar na parte traseira, digamos assim, da plateia, estou com muito orgulho, não sou frustrado, estou noutra órgão autárquico e como membro de pleno direito, como segundo deputado eleito também com grande dignidade e com grande orgulho, defendendo os interesses daqueles que depositaram na minha pessoa a sua confiança e ponto final.

Primeira questão que eu queria aqui colocar. Faleceu há dias um ilustre Mirandense conhecido para todos nós, eu estou a falar até também e peço desculpa, há algum embargo nas minhas palavras, também pela comoção e pela grande emoção que certamente ontem também



vivemos todos, mas recorde aqui de facto com muita saudade o falecido Arquitecto Albino Mendo. Pedia se possível ao Executivo Municipal, através do Sr. Presidente, que fosse prestada a homenagem póstuma, entenda-se, ao homem enquanto cidadão Mirandense, ao político, que também foi e ao brioso profissional. Mirandela jamais esquecerá certamente o seu Arquitecto Albino Mendo.

Mas há outro nome que eu queria sugerir também, Jorge Paulo Ferreira, um filho desta terra, que foi Agente da Polícia Judiciária em Vila Real, filho desta terra, infelizmente, o flagelo da droga ou a perseguição a traficantes fê-lo lançar para as ribanceiras da morte, nesse acidente brutal, na sua missão nobre, reconhecida por todos na altura no acto do acto fúnebre, com a presença das autoridades políticas, religiosas, com a presença da sociedade Mirandense, isso ocorreu em 07 de Fevereiro de 1999. Gostaria pelo menos de ver o nome deste homem, deste jovem Mirandense, que na altura tinha 36 anos de idade e que hoje teria 39, se fosse vivo, gostaria de o ver ligado, quanto mais não fosse, de facto aí numa rua da nossa cidade, porque é mais bonito do que às vezes termos ruas com o nome Rua A, B, ou C.

Terceira questão. Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, Sr. Eng.º Branco. Na minha última intervenção, longe, mas longe de mim pensar que as minhas palavras fossem entendidas como uma ofensa a algum funcionário da Câmara, não Sr. Vice-Presidente. A começar pelo mais alto representante, o Sr. Presidente da Câmara, a terminar no mais humilde trabalhador, jamais ofenderia quem quer que fosse. Quando me referi ao caso concreto da rua do Ciclo, que é uma rua pública, que é para ser frequentada por mim, por si, Sr. Vice-Presidente, por todos nós e dizendo da preocupação, que sabemos problemas que ali existem na área envolvente, é uma rua sem saída é certo, mas faz muita diferença para nos ajudar a escoar o tráfego. Os entulhos continuavam e continuam lá hoje. É tempo demasiado. Eu disponibilizei-me Sr. Vice-Presidente, para ajudar se fosse preciso. Que fique entendido que jamais quis ferir a dignidade de quem quer que fosse, da Câmara Municipal. Volto a repetir isto. Por favor, façam com que saia de lá aquele entulho, aquele lixo que está na rua pública e que é uma rua que no fundo é um espaço que é de todos nós. Não criemos mais embaraços.

Decorreu uma semana antes da Páscoa, esse grande evento meritório “Jesus Sempre em Mirandela”. Ainda bem, foi meritório, sinal que, no nosso enraizamento, na nossa fé, na nossa crença religiosa, como católicos e cristãos que somos, mas há um cartaz de visita muito mau aqui Sr. Presidente, que são os nichos da Ponte Velha, estão profanados há uma série de anos, estão vandalizados e quem nos vem visitar não vê ali de facto um bom cartão de visita. É certo que é património da confraria, vai-me ser respondido, da confraria de Nossa Senhora do Amparo, mas já que estão situados junto a um espaço público, ou seja a estrada que dá acesso à ponte românica ou ponte velha, penso que a Câmara poderá dar aqui uma ajuda importante, dar aqui um empurrãozinho para que sejam dignificados aqueles nichos, quanto antes, que são bem bonitos, diga-se de passagem. Depois e a terminar, o cruzamento do Hospital, o Parque de Merendas, todos nós sabemos é situado na margem direita do Rio Tua, é um espaço muito bonito, está muito bem tratado e tenho constatado inúmeros autocarros, na altura dos eventos, na altura do turismo, na época alta, inúmeros autocarros que se dirigem para o Parque de Merendas, as pessoas ali confraternizam, convivem, vêem melhor a nossa terra, vão satisfeitas. Só uma grande parte e in loco tenho presenciado isto, de autocarros que têm tido bastantes dificuldades no cruzamento do Hospital, para fazer a manobra e acesso para entrarem para aquela área e até para saírem. Eu penso que há lá espaço físico para futuramente fazer ali alguma remodelação que venha a ajudar de facto a que futuramente não se dêem ali certos contratempos de manobras para a frente e para trás. Pedia a atenção da Câmara Municipal e desejo então a todos a continuação de um muito bom dia, de um muito bom trabalho, viva Mirandela e força Portugal.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, disse:

Tem a palavra o Sr. José Luís Ferreira.

Entretanto, informou os Membros do Conselho Municipal de Segurança que acabaram de ser empossados, estão dispensados de continuarem a participar nesta reunião, contudo caso o pretendam, devem ocupar os lugares destinados ao público

O Múncipe Sr. José Luís Ferreira, residente em Mirandela, chamou a atenção do Executivo Municipal, para os seguintes assuntos:

As obras no Bairro do Pinheiro, nas Ruas: do Emigrante, Pedro Nunes e da Misericórdia, estão um flagelo para quem habita naquela zona, arrastando-se por tempo indeterminado, com todos os inconvenientes para pessoas e viaturas.



Pedi também que fosse dada alguma atenção à Rotunda da Freixedinha, na qual dada a fraca visibilidade, se poderá transformar numa zona de acidentes.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, perguntou se o Sr. Presidente da Câmara ou algum dos Srs. Vereadores pretende fazer algum comentário ou prestar qualquer esclarecimento.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, disse:

Muito bom dia Sr. Presidente da Assembleia e restantes membros da Mesa, Srs. Membros da Assembleia Municipal e o público presente.

Em primeiro lugar queria felicitar estas intervenções do público porque elas reflectem e fazem com que todos os munícipes que tenham problemas e conheçam e tenham sugestões para a sua cidade e o seu Concelho possam usar essas sugestões aqui nesta situação, desde que elas sejam concelhias, importantes da nossa cidade e do nosso Concelho, são sempre úteis.

Em relação ao **Sr. Fraga**, dizer-lhe que nós na Câmara Municipal, aquando da morte do Arquitecto Albino Mendo e também do Professor Prada, que ficou aqui esquecido, mas que nós também na Câmara Municipal apresentámos já uma justa homenagem à família e homenagem póstuma em termos de deliberação da Câmara e que sem qualquer dúvida se deve traduzir, concordo completamente com isso, com qualquer acontecimento ou prova pública que faça com que os Mirandenses entendam essa homenagem. É uma boa sugestão.

Em relação ao Sr. Jorge Paulo Ferreira, é evidente que também as circunstâncias em que isso aconteceu, merece essa homenagem póstuma. É uma boa sugestão que vamos ter em consideração e que nos próximos tempos vamos além daquelas deliberações que ficam nos gabinetes da Câmara mas depois são transmitidas à família, sejam também conhecidas de todos os Mirandenses.

Em relação aos problemas que aqui numerou, alguns deles como juízo de valor legítimo e normal, mas um que pôs a questão e que eu lhe acabava por dar já uma resposta, porque nós e decidimos isto na última semana, ainda nem tive tempo de avisar a Comissão de Festas de Nossa Senhora do Amparo, mas a única coisa que lhe posso dizer é que decidimos isso e que os nichos vão estar prontos no final deste mês, do mês de Julho, antes dos dias principais da festa. Vão estar prontos com uma intervenção feita pela Câmara Municipal que nos apareceu à última, decidimos na última semana, foi sexta-feira e eu ainda nem sequer tive tempo de informar a Comissão de Festas dessa situação, mas fica aqui dito que até 30 de Julho, os nichos terão a dignidade que merecem, naquele local.

Em relação à outra situação da rotunda do Hospital, aquilo tem demorado mais e tem e eu acho que deve demorar, porque tem um estudo que já foi entregue, um anteprojecto e que está incluído no acesso Este a Mirandela, isto é, na remodelação daquela entrada toda, de Mirandela, e portanto atrasa significativamente, para não estarmos apenas a mexer na rotunda, mas a mexer na saída em termos gerais. Agora reconheço que as camionetas para irem para ali têm sérias dificuldades, porque é passar lá todas as semanas e ver que até os rebordos dos passeios e das plantas se encontram às vezes destruídos.

Em relação ao **Sr. José Luís Ferreira**, dizer-lhe que já, já merecia, que há tanto tempo que põe esta questão que a Rua do Emigrante já estivesse concluída com todas as infraestruturas. Como sabe também e a resposta tem-lhe sido sempre dada, não estava na anterior empreitada do Bairro da Preguiça esta rua, não estava, o que se lá fez foi apenas um remendo, disse bem, de melhorar os passeios às pessoas que ali estão, porque está já em concurso um projecto integral da remodelação de toda a rede de águas e saneamento daquela rua, para ficar exactamente nas mesmas condições que ficaram as ruas da Preguiça.

O Secretário da Assembleia Municipal, Sr Jorge Pereira, disse:

Duas informações prévias, uma tem a ver com a folha de ponto, há sempre um número significativo de membros presentes que se esquecem de assinar a folha de ponto, depois temos Senha de Presença e não temos assinatura, os serviços ficam baralhados para dar sequência aos pagamentos.



Entretanto fui avisando os Presidentes de Junta de Freguesia que há uma carta dirigida a todas as Juntas de Freguesia, para entregar, é uma informação sobre o fabrico de aguardentes.

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA:

- Carta do PCP, de 26/04/06, "voto de protesto sobre as maternidades".
- Convite da Associação Comercial, "Reginorde".
- Pedido para indicação dos representantes das Juntas de Freguesia "Empresa Intermunicipal Resíduos do Nordeste".
- Gabinete do Primeiro Ministro, acusa a recepção da "Moção".
- Convite do Sport Clube "aniversário".
- Delegação Aduaneira "fabrico de aguardente"
- Convite do Aero Clube
- Associação de Municípios, Circulares, sobre a "gripe aviária".
- Resolução do Conselho de Ministros sobre a venda de património do Estado

ANMP:

- Resolução do Conselho Directivo sobre o encerramento dos Serviços de Saúde
- Convite para a cerimónia do Trigésimo Aniversário do Poder Local
- Conferência sobre Ordenamento do Território e revisão dos PDM.
- Plano Nacional de Ordenamento do Território
- Resolução política aprovada na Vigésima segunda Assembleia Geral do Conselho de Municípios e Regiões da Europa em Innsbruck, na Áustria.

Comunicações e justificações de faltas:

À Reunião de 28/04/06

- Jorge Costa (motivos particulares)

À Reunião de 26/06/06

- Rui Manuel Vale das Neves (motivos profissionais)
- Armando Marques Janela (motivos particulares)
- Dinis Humberto Veiga (motivos particulares)
- Luís José Herdeiro Mosqueiro (motivos profissionais)
- Paulo José Nascimento Sobrinho (motivos profissionais)
- Maria Fátima Bravo C. E. Santos (motivos profissionais)
- Presidente da Junta de Freguesia de Vale Gouvinhas, Rui Sá, informa que no seu impedimento é substituído pelo Rui Melo.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade justificar as faltas mencionadas.

PONTO N.º 4 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Presidente da Assembleia Municipal, disse:

Vamos iniciar o Período de Antes da Ordem do Dia, fazem favor de se inscrever os Srs. Membros que queiram pronunciar-se.

Deputado Municipal David Garrido (CDU):

Muito bom dia Sr. Presidente da Assembleia, respectiva Mesa, Sr. Executivo e Srs. Vereadores e caros Colegas.

Vão-me desculpar, mas a voz não é a melhor, vou tentar falar mais pausadamente a ver se me entendem. Falar do Arquitecto Mendo, para mim é difícil e é fácil, convivi com ele todo o tempo que eu estou em Mirandela, trinta e tantos anos, o homem que devotou à terra, a Mirandela, todo o seu saber, todo o seu carinho. Quantas crianças ensinou a nadar, fabricando ele próprio os coletes, o campo da areia, enfim, um sem número de cartas que escreveu de recomendação para médicos do Porto, para os primos, enfim, falar do Arquitecto é fácil e é difícil. É difícil porque ele nunca quis em



vida ser homenageado. Não sei neste momento o que é que a família entenderá e o que é que a Câmara poderá fazer, mas creio que também e ele agora que já partiu, não se importará de também ter a assinalar de um ilustre Mirandense.

Agora umas pequenas coisas que eu tinha aqui assim, buracos na Rua que sobe para o Correio. Existiram lá árvores, as árvores ou secaram ou qualquer coisa aconteceu, o que é facto é que eu já lá torci um pé. Das duas uma, ou se colocam as árvores, ou se tapam os buracos, porque eu também não sou muito defensor das árvores no meio dos passeios, mas mesmo que existam as árvores, tapem por favor, a exemplo de outros lados, de forma a que não fique aquele buraco, que as pessoas saem do correio a ler a correspondência e caem logo ali assim.

Um outro assunto que eu gostaria que fosse resolvido, é o quiosque em frente à praça de taxis que ocupa substancialmente o passeio. Creio que ficava com mais dignidade e libertava o passeio, se ficasse do lado contrário, ali num cantinho, junto aos taxis.

Uma outra das coisas que também me tem preocupado, é aquele cruzamento do Largo do Cardal, creio que os Serviços Técnicos, o próprio Executivo, deviam pensar um bocado a forma da saída daquele cruzamento. Aquilo é complicado, é muito estreito, as pessoas estacionam ali de qualquer maneira, a possibilidade de haver ali ou não um outro tipo de saída.

Começou o Verão e tem-se notado também as motas de água no rio. Existe fiscalização para as motas de água? Existe alguém que saiba se quem conduz as motas de água está habilitado a tal? Existe um corredor para que elas possam andar? Não sou contra as motas de água, agora o que verifico é que há motas de água juntamente com crianças a tomar banho, crianças e outras pessoas e qualquer dia temos um acidente. Há uma outra situação também, que me apercebi, não foi só este ano, mas já os outros anos me apercebi mas este ano foi mais notório, que foi a concentração dos motars. Eu sei que é por pouco tempo, eu sei, a gente aguenta essa coisa toda, que é a entrada para o parque. É vedada a entrada para o parque. Ora quem vem daquela rua onde está o Hotel D. Dinis e quer virar para Golfeiras, não pode, tem que vir cá abaixo, fazer a rotunda e voltar para cima outra vez. O que normalmente acontece, é que a gente sai ali, vira à estrada, entra no Parque, sobe aquela ruazinha e vai para Golfeiras, por exemplo. Com o impedimento da passagem, isso não acontecia, ou se tinha que ir dar a volta e ir ao Hospital para seguir ou tinha que vir cá abaixo. Portanto, provavelmente, se a entrada fosse mais abaixo a seguir à rua, resolvia-se o problema todo, a contento quer dos moradores, quer dos motars. Para já é tudo. Obrigado. Já agora se ainda tenho tempo, queria falar de uma coisa que convém não esquecer. Três importantes Concelhos, Mirandela, Macedo e Bragança, fizeram as manifestações em prol da saúde e essencialmente, em prol da manutenção das maternidades de Bragança e Mirandela. O que é facto é que isto está um bocado em standby. Não quero, não defendo que seja agora que a gente vá fazer uma outra manifestação, ou uma outra coisa qualquer, o que é facto é que também creio que não devemos atirar para o esquecimento, quer a generosidade das populações, dos próprios Presidentes de Câmara, que enfim, creio que muito sinceramente se juntaram a este tipo de manifestação para a defesa da saúde no Distrito e portanto é melhor irmos começar a pensar, porque até Dezembro as coisas irão ser resolvidas, se termos ou não que fazer até lá para Novembro ou assim, uma outra forma de luta, se entretanto as coisas não se resolverem. Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, de seguida deu a palavra, ao Deputado Municipal Maximino Monteiro (CDS/PP):

Bons dias a todos, Sr. Presidente da Assembleia Municipal e Srs. Secretários, Srs. Membros da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara Municipal, Sr.ª s. Vereadoras e Srs. Vereadores, Público aqui presente e saudações nossas à Imprensa.

Na intervenção que fizemos nesta Assembleia em 22 de Dezembro do ano passado, dissemos que aceitámos o mandato para que fomos eleitos, para darmos o nosso contributo ao nosso concelho. Neste sentido, na última sessão de Fevereiro passado, fizemos uma intervenção onde abordámos algumas questões relacionadas com o funcionamento da Assembleia da Câmara Municipal e algumas das necessidades da Freguesia de Aguiéiras. A maioria desta Assembleia pela voz de alguns membros, designadamente o Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Franco, entendeu fazer uma crítica à nossa intervenção. A esta crítica não foi alheio também o Sr. Presidente da Câmara. Porque não foi possível responder à dita Junta do Franco, aprendia as primeiras letras e já nós exercíamos as funções de Presidente da Câmara neste Concelho. Como advogado alguns dos anos, como ex-presidente da Câmara e como ex-membro e chefe do grupo da AD na Assembleia Municipal de Vila Franca de Xira, não reconhecemos ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Franco, qualquer competência para me vir dar quaisquer lições sobre o que tenho ou não a fazer como membro da Assembleia Municipal. Mas para que não fiquem quaisquer dúvidas e porque se



desconhece o Regimento da Assembleia Municipal, vou citar aqui alguns dos seus artigos, referentes às intervenções dos seus membros. Assim, os números um e dois do artigo primeiro, rezam assim: A Assembleia Municipal é o órgão deliberativo do município, sendo constituído por todos os Presidentes de Junta de Freguesia e por 38 membros eleitos. Os membros da Assembleia Municipal representam os Municípios residentes na área do Concelho de Mirandela. Artigo décimo terceiro, deveres dos membros: constituem deveres dos membros da Assembleia Municipal, além de outros previstos na lei, contribuir pela sua diligência para a eficácia e prestígio dos trabalhos da Assembleia Municipal e em geral pela observância da constituição da lei e do regimento. Manter um contacto estreito com a população da área do Concelho. Poderes dos membros, artigo décimo quarto: constituem poderes dos membros da Assembleia Municipal, a exercer individual ou colectivamente, nos termos do regimento, fazer perguntas à Câmara Municipal sobre quaisquer actos desta ou dos respectivos serviços, requerer elementos informações, publicações oficiais que considerem úteis para o exercício do seu mandato, tratar de assuntos de interesse local. Artigo décimo sétimo, funcionamento da Assembleia: a Mesa estabelecerá os contactos necessários para a programação dos trabalhos da Assembleia, devendo em cada sessão haver obrigatoriamente na ordem de trabalhos, um período para discussão dos actos da Câmara Municipal. Em cada sessão será indicada sempre que possível a Ordem de Trabalhos subsequente. Artigo trigésimo quarto, Período de Antes da Ordem do Dia: antes do início dos trabalhos inscritos na Ordem do Dia da sessão ordinária, haverá um período não superior a uma hora, destinado a tratar dos seguintes assuntos: interpelações, mediante perguntas orais à Câmara, sobre assuntos da respectiva administração e respostas dos membros desta, apreciação de assuntos de interesse da autarquia, uso da palavra pelos membros e formações políticas. A palavra será concedida pelo Presidente aos membros da Assembleia para exercer o direito de defesa nos termos do número dois e número três do artigo oitavo, por tempo não superior a trinta minutos, alínea b), tratar de assuntos de interesse local. Duração do uso da palavra: o uso da palavra a conceder no Período de Antes da Ordem do Dia, não excederá dez minutos, por assunto, por cada membro que para tal se inscreva. O uso da palavra para reclamações, recursos ou protestos, limitar-se-á à indicação sucinta do seu objectivo e fundamento e por termo nunca superior a cinco minutos. Para intervir nos assuntos do Período da Ordem do Dia, será concedida a palavra a cada membro que para tal se inscreva, no máximo por três vezes sobre cada assunto e por períodos não superiores a quinze minutos da primeira vez, dez minutos da segunda e cinco terceira, exceptuando o caso do plano e orçamento, em que cada membro poderá usar da palavra pelo menos cinco vezes, com a duração de quinze minutos de cada vez. No uso da palavra para a apresentação de propostas, limitar-se-á à indicação sucinta do seu objectivo, não podendo exceder vinte minutos, salvo quanto à Câmara, para a apresentação do Plano de Actividades e Orçamento ou das Contas de Gerência. Daqui resulta, Sr Presidente da Junta de Freguesia do Franco, que a minha intervenção ou qualquer outro membro, está absolutamente legitimada pelos incisos legais antes citados, mas se isto não bastasse, quero dizer ainda ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Franco o seguinte: enquanto V.Ex.^a é membro da Assembleia Municipal por inerência, ou seja, por ser Presidente da Junta, tendo sido eleito por apenas 148 votos da sua freguesia, nós fomos eleitos para membro da Assembleia Municipal por 5.088 votos de todo o Concelho e nestes estão incluídos 76 da sua freguesia. Assim, como membro da Assembleia Municipal e como porta-voz do Grupo Municipal do CDS/PP, farei nesta Assembleia as intervenções que muito bem entender sobre a minha freguesia, da freguesia do Franco ou de qualquer outra. Por tudo isto temos toda a legitimidade e fundamento para apresentar nesta Assembleia as necessidades da nossa freguesia ou de quaisquer outras, bem como quaisquer outros assuntos relacionados com o Concelho, de âmbito regional ou nacional. Penso assim ter respondido às dúvidas e críticas levantadas aqui pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Franco e deixei para o fim a intervenção também infeliz do Sr. Presidente da Câmara sobre a nossa intervenção. Conforme se alcança 2.º parágrafo a folhas 21, da Acta da Assembleia Municipal nº.3 de 17/02/2006, o Sr. Presidente da Câmara afirmou o seguinte: "em relação ao Dr. Maximino, dizer-lhe apenas que eu fiquei sensibilizado, porque conhecer os problemas das nossas terras é importante para todos nós, acho que todos devemos conhecê-los para os tentar resolver, não podemos aceitar é que um membro da Assembleia apresente um discurso como se fosse um Presidente de Junta", se a intervenção do Senhor Presidente da Junta do Franco foi infeliz, a do Sr. Presidente da Câmara é inaceitável, pelo que deixamos aqui o nosso protesto, em primeiro lugar porque desconhece também o Regimento da Assembleia Municipal e designadamente as competências dos membros, o que é grave, em segundo lugar porque esta crítica devia fazê-la ao Presidente da Junta de Freguesia de Aguietas, que foi escolhido pelo Sr. Presidente da Câmara para encabeçar a lista do seu partido à Junta de Freguesia. Por tudo isto quero dizer ao Sr. Presidente da Câmara que não lhe admitimos que nos balize o caminho sobre as nossas intervenções. Fomos eleitos para representar o Município que em nós votou, ou não, sejam eles da cidade ou das



freguesias. Por tudo aquilo que seja de interesse para o Concelho, terá o Sr. Presidente da Câmara o nosso apoio, no caso contrário faremos oposição séria e consciente e não deixaremos de fazer as intervenções que entendemos. A este propósito e para terminar este assunto, quero transcrever aqui a notícia do Jornal Público do dia 16 deste mês e que reza assim: "Presidentes das Junta fora das Assembleias Municipais. Nas alterações a propor à Lei Eleitoral Autárquica, o que o PSD pretende é que haja uma única eleição e um único Boletim de Voto para a Assembleia Municipal e que caiba ao primeiro candidato da lista mais votada o exercício de Presidente da Câmara, também aí Capucho tem ideias próprias e à cabeça avança com a proposta de afastar das Assembleias Municipais, os Presidentes de Junta que na lei em vigor fazem parte daqueles órgãos por inerência. Podiam ficar como observadores, mas sem direito de voto, porque eles é que distorcem a proporcionalidade, considera Capucho, para quem as Assembleias Municipais não deveriam ter nunca, mais de quarenta ou cinquenta pessoas, no máximo. Para a restante equipa de vereadores na Câmara, o que a Direcção do partido propõe, foi defendido por Marques Mendes na moção estratégica aprovada pelo Congresso da Póvoa de Varzim, é que seja o Presidente da Câmara a escolher a maioria dos vereadores entre os eleitos para a Assembleia Municipal. Já António Capucho irá mais longe, eu defendo que o Presidente da Câmara tenha total liberdade para escolher a sua equipa, dentro ou fora da Assembleia Municipal e é aí mais dia menos dia que iremos dar." Esta é a transcrição do Jornal Público sobre este tema. Queria ainda dizer ao Sr. Presidente da Câmara, isto relacionado com a questão que eu tinha levantado naquela sessão de Fevereiro, que é verdade que estão a ser feitos três saneamentos no valor de 600.000,00 € nas aldeias de Soutilha, Chairos e Corriça, mas a freguesia tem mais cinco aldeias, Casario, Padre Freixo, Agueira, Fonte Maria Ginge e Cimo de Vila, onde não existe ainda qualquer saneamento. Quanto à resolução definitiva da água, deve dizer-se que a freguesia de Agueiras nem era das que mais necessitava, comparada com a escassez das freguesias a sul do concelho. É óbvio que o investimento de um milhão de Euros feito na captação do rabaçal, não foi só para abastecer a freguesia de Agueiras, mas também outras do concelho de Vinhais, numa extensão de mais de setenta e oito quilómetros de rede. Assim mal seria que a freguesia de Agueiras não beneficiasse das águas do rio, que também banha o seu termo. Assim está justificada a tal verba de um milhão de Euros que o Sr. Presidente da Câmara tanto empolou. Deixo-lhe uma sugestão Sr. Presidente da Câmara, talvez seria bom de futuro analisar com mais cuidado as suas intervenções e queria perguntar-lhe ainda que medidas foram tomadas quanto: ao acesso ao Castro Romano e à Capela de Nossa Senhora do Monte, à repavimentação dos acessos às aldeias de Agueiras, Chairos e Soutilha, o acesso à albufeira do rio rabaçal, seria aconselhável neste Verão, os emigrantes poderem beneficiar de bons acessos e melhoria das águas da captação do rabaçal que continuam em más condições. Eu tomei a liberdade de trazer duas garrafas de água com colheitas de diferença de oito dias e a água que está a ser, é isto, está a ser fornecida à Freguesia de Agueiras. Eu compreendo que, o Sr. Presidente ...

O Senhor Presidenta da Assembleia Municipal, disse:

Sr. Dr., dá-me licença que o interrompa, eu chamo a atenção para o seu tempo e pedia a melhor colaboração se tivesse a amabilidade.

Deputado Municipal Maximino Monteiro (CDS/PP):

Com todo o gosto Sr. Presidente da Assembleia.

Esta é a realidade, eu sei que o Sr. Presidente da Câmara dir-me-á assim, o problema já não é nosso é com as Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, mas a verdade é que eu deixo aqui realmente o reparo, porque eu tenho que trazer água, tenho que comprar água para cozinhar e para beber, porque não posso utilizar água da minha freguesia e a verdade é que relativamente a este aspecto, a qualidade das águas que têm vindo a ser fornecidas pela captação do rabaçal, desde que foi construída a mini-hídrica, está bem patente nestas amostras que trazemos connosco, colhidas em treze e vinte e cinco deste mês para exibir nesta Assembleia e deixar ao Sr. Presidente da Câmara, para apreciação da Empresa Águas de Portugal, Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro. Em face desta situação, temos que comprar e trazer águas de marca para casa para cozinhar e bebermos. É caso para perguntar desde quando temos que pagar as águas fornecidas pelos serviços sem as podermos utilizar. Se nós temos que comprar e trazer águas para beber e cozinhar, os outros habitantes socorrem-se das captações antigas e cuja qualidade não está certificada, sabendo do envenenamento a que vêm sendo sujeitos dos índices fríaticos, com a aplicação dos insecticidas, pesticidas e outros produtos fitossanitários, queria perguntar à Câmara se as águas de captação antigas, fontes de mergulho se ainda as houver, estão a ser analisadas e o seu estado comunicado



às populações. Eu vou parar por aqui Sr. Presidente da Assembleia, porque na verdade a intervenção é um bocadinho mais longa, mas reservo-me para continuar depois. Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra, ao Deputado Municipal Paulo Pontes (PSD):

Bom dia a todos. Sr. Dr. Maximino, ainda bem, vai valendo aos ignorantes os seus conhecimentos e a sua leitura do Regimento da Assembleia, porque de facto os artigos que o Sr. aqui leu, para mim foram esclarecedores em relação à intervenção que fez na altura a que se referiu. Quanto ao facto de quando eu nascer o Sr. já exercer as funções que exercia, valha-me Deus, isto é o ciclo da vida, eu lamento que o meu ciclo seja um pouco diferente do seu, secalhar isso a mim dá-me outras interpretações, em relação ao tempo que estamos e ao que nós aqui fazemos.

Em relação às intervenções que o Sr. faz, o Sr. pode fazer as intervenções que quiser e entender, desde que a Mesa da Assembleia o permita, não sou eu que lhe vou cortar a palavra de certeza absoluta. Agora, mais uma vez demonstrou aqui o papel que o Sr. aqui está a fazer.

Quanto aos membros das Juntas de Freguesias serem Membros da Assembleia por inerência, o Sr. pode fazer uma proposta a esta Assembleia a que os Presidentes de Junta deixem de fazer parte desta Assembleia, o Sr. referiu aí o Jornal Público, esqueceu-se de referir o Jornal de Notícias, em que foi o Sr. Ex-Presidente da Câmara de Matosinhos, o Sr. Narciso Miranda, que se insurgiu contra a situação dos Presidentes de Junta estarem nas Assembleias Municipais. Para mim é-me completamente indiferente estar na Assembleia Municipal ou estar noutra sítio qualquer, desde que eu tenha tempo e tenha permissão para defender os interesses da minha freguesia, pode ter a certeza absoluta que nunca vou deixar de o fazer. Já agora, já que o Sr. é membro efectivo da Assembleia e eu sou por inerência, o Sr. podia aproveitar, uma vez que é capaz de ter tempo para isso também, secalhar mais do que nós, porque secalhar devido à sua situação, convidou-o a ir ao Franco e secalhar a todas as outras freguesias do Concelho, fazer uma visita ao Franco e secalhar até num dia marcarmos uma reunião e dar-me uma grande ajuda devido à sua experiência que tem, que deve ter, para eu conseguir vir à Câmara reivindicar aquilo que me faz falta, faz falta à minha freguesia, graças a Deus a mim não me faz muito falta. Portanto peço-lhe aqui publicamente, marque um dia comigo, vai à minha freguesia, faz um levantamento das necessidades da minha freguesia e depois aqui nesta Assembleia faz o levantamento dessas necessidades, já que os Presidentes de Junta secalhar não são competentes para o fazer.

Mas o caso que me aqui trazia, tem a ver com os transportes de Mirandela, os transportes urbanos. O que eu vou dizer poderá não corresponder à realidade, porque foram informações que eu colhi, ou com quem se vai conversando, Mirandela tem desde há bastante tempo, transportes urbanos. Tanto quanto eu sei, não tem um circuito delimitado, não tem paragens certas, inclusivamente até paravam nas escolas cinco ou dez minutos antes, ou passavam na escola cinco ou dez minutos antes de tocar a campainha para a hora do almoço e também ouvi dizer, isto poderá não ser nada verdade, que os próprios utentes não pagam nada pela utilização dos transportes. Isso a mim também me é completamente indiferente, mas o que me traz aqui é outra coisa. Concerteza que o Sr. Presidente sabe, tem conhecimento disso que desde que se criou aqui, pode-se dizer um monopólio do sector dos transportes, todas as freguesias têm vindo a ser esquecidas nesse sector, inclusivamente o Franco. O que eu lhe pedia ao Sr. Presidente é se por acaso já equacionou esse problema e se porventura está a estudar alguma solução para que as pessoas possam ter pelo menos uma vez por dia, um transporte que os possa fazer deslocar das sedes das freguesias a Mirandela e vice-versa, isto porque também soube, que ainda não há muito tempo, houve aí uma interceptação por parte da GNR, ou da Brigada a carrinhas que vão fazendo esses transportes de uma forma ilegal e as pessoas até já começam a ter algum receio, depois em andar nessas carrinhas, porque elas andam ilegais. De qualquer modo as pessoas não têm meios de transporte neste momento para a sede do concelho. Uma das razões porque eu cheguei hoje atrasado é porque andei a resolver problemas de pessoas, andei a pagar a luz e os telefones, fui ao Tribunal, eu a minha parte vou-a fazendo, mas apelava ao Sr. Presidente para ter isto em consideração.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, disse:

Muito obrigado, estão efectuadas três intervenções, portanto metade dos inscritos no Período de Antes da Ordem do Dia, perguntava ao Sr. Presidente da Câmara ou aos Senhores Vereadores se alguém pretende intervir dando resposta ou comentando as intervenções.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, disse:



Muito obrigado Sr. Presidente da Mesa, a informar que respondendo ao Sr. David Garrido, que sobre o Dr. Paulo Mendo, que nós estamos e agora independentemente de a família querer ou não, há uma obra para publicar, sobre a obra do Arquitecto Mendo em Mirandela, feita por uma estagiária de Arquitectura aqui de Mirandela, sobre a supervisão do Arquitecto Graça Dias, a nível nacional e essa está a ser recolhida em livro que a Câmara vai financiar, para fazer uma distribuição pelos Mirandelenses e pelas pessoas, que é, penso eu, uma daquelas homenagens que é já baseada em obra, em situações que deixou presentes e portanto que estamos a tentar apoiar essa obra. Quanto às outras, é evidente que isso depende de uma conversa com a família, porque ninguém ia fazer, neste caso, qualquer manifestação pública sem esse consentimento.

Em relação aos buracos das árvores e ao quiosque do Parque do Império, dizer-lhe, quanto às árvores tem toda a razão. Isto aqui é uma falta de controle directo e que nós temos que estar mais atentos, não tem razão de ser, esses buracos.

Em relação ao quiosque do Parque do Império, aquilo está previsto, secalhar também não sabe exactamente, mas secalhar também passando pela Câmara se lhe forneça o plano do URBCOM de Mirandela, na parte do Urbanismo que tem, não do apoio directo aos comerciantes, mas da parte de apoio ao Urbanismo comercial e exactamente nesse sítio e nesse local, tem previsto a retirada desse quiosque e uma pequena intervenção do urbanismo naquele local e se se dirigir aos Serviços Técnicos ou ao Eng.º Branco, podem fornecer-lhe, para conhecer minimamente qual é o plano que está estabelecido para aquele local.

Em relação à entrada para o Parque do Cardal, dizer-lhe que isso está em estudo uma rotunda que liga à ponte nova, que vai demorar mais algum tempo a resolver, até porque agora tem uma grande pressão urbanística do outro lado e vai fazer a variante que vai do lado da Ribeira de Carvalhais, vai demorar algum tempo mas penso que vai resolver definitivamente aquelas situações.

Em relação ao fecho do parque, eu reconheço, em relação aos motars, podia-se ter feito o mesmo quando se fecha o parque daqui por causa do jetski, dando aos moradores ou aos que precisam de passar para aquele local, um cartão, onde pudessem passar normalmente ou então chegar atrás essa entrada. É uma questão de nos próximos anos vermos esse pormenor, porque também nunca foi levantado nos dois anos anteriores e não nos ocorreu essa situação.

Em relação ao encerramento das maternidades, evidente que temos de estar atentos e preocupados com o caminho a seguir, até porque eu não gostei nas últimas semanas, acho que todos leram os jornais de Bragança, principalmente, todos os distritais, depois da manifestação, ou do cordão humano em Bragança, onde o Sr. Presidente da concelhia do partido socialista de Bragança faz uma afirmação clara e objectiva e diz assim: continuo a dizer, o Sr. Presidente da concelhia do PS de Bragança e diz assim: "não vale a pena o Dr. Jorge Nunes e a população de Bragança que aí esteve no cordão humano andar a fazer este folclore ou a participar neste folclore, porque a maternidade se ficar em Bragança, como vai ficar, é o Governo do Partido Socialista que quer que ela lá fique, portanto isto não conta para nada", basta ler esta afirmação para ter preocupação cada vez mais e ter preocupação de que esta é uma questão político partidária afinal e não é uma questão objectiva e saiu em todos os jornais da região que é mais grave, é, como é que um líder político partidário, Presidente de uma concelhia, consegue fazer estas declarações públicas e transcritas num jornal. Eu até digo, o Governo com amigos destes nem precisa de inimigos na oposição, basta-lhe estas declarações que tem por ali, para ter toda a estratégia perfeitamente desmontada.

Em relação ao Sr. Dr. Maximino, dizer-lhe que eu acho muito bem que contribua para o Concelho e digo-lhe mais, no que diz respeito ao Presidente da Câmara de Mirandela, quanto mais aprender aqui com a sua experiência, melhor, isso não tenha a mínima dúvida, a minha vida, eu já estou cá há onze anos e o que sou hoje, aprendi, durante os onze anos, com todos, desde os doutores até aos Srs. Presidentes da Junta mais humilde, tenha a certeza disso e às vezes até mais com os Presidentes de Junta mais humildes do que com os doutores, disso pode ter a certeza absoluta e eu respeito isso e digo-lhe mais, fico contente de aprender com todos e consigo também. Agora no que diz respeito à questão das Aguieiras e aos problemas que deve levantar, pode-os levantar todos. Agora eu digo-lhe com sinceridade, há uns que devem ser levantados pelos membros da Assembleia, no meu entendimento e há outros que são de tal maneira do poder executivo, que os próprios Presidentes de Junta, já que cá estão os devem levantar eles próprios, porque os vivem no dia a dia e são responsabilizados por eles. E no seu caso pessoal das Aguieiras até lhe digo mais, até tem mais legitimidade para o levantar o Presidente da Junta ou o Presidente da Câmara, do que o Senhor, porque teve menos votos, sendo de lá, eleito pelo povo das Aguieiras, só nas Aguieiras, teve menos votos o Dr. Maximino, do que o Presidente da Junta e do que o Presidente da Câmara, imagine só esta situação, até porque eles até confiam mais no Presidente da Câmara ou no



Presidente da Junta, para levantar os problemas das Aguieiras, independentemente de os poder levantar ou não, não está isso rigorosamente nada em causa.

Em relação à questão que foi posta, do abastecimento de água, mais uma vez, eu digo-lhe, há assuntos que só deviam ser levantados pelo Presidente da Junta ou pela Câmara, porque se desconhecem. O Sr. Dr. Maximino quando diz que foi aqui afirmado e transcreve as minhas declarações de que foi investido um milhão de Euros nas Aguieiras e que isso foi para chegar não só às aldeias das Aguieiras, mas também a Rebordelo e outras, então eu vou-lhe explicar, é que na altura em que foi feito esse investimento e já lá vão mais de cinco anos, foi feito só pela Câmara Municipal de Mirandela para onze aldeias, chamava-se mesmo sistema de abastecimento a onze aldeias, que eram nove das Aguieiras e duas de S. Pedro Velho, não chegava a mais nenhum concelho. As Águas de Portugal, depois de tomarem posse daquele reservatório daquele local, é que o querem rentabilizar e estender a outros concelhos se tiverem viabilidade e água suficiente para lá chegar. O investimento que foi feito, de um milhão de Euros, foi só para essas aldeias e vou-lhe dizer uma coisa, o Sr. Dr. pode dizer que o sul do concelho precisava mais, agora digo-lhe uma coisa, eu passei cinco anos primeiro em que não tinha nenhum Verão, nenhum, em que o Presidente da Junta das Aguieiras, os membros da Junta das Aguieiras e a população das Aguieiras não viesse à Câmara de Mirandela, pela falta de água nas Aguieiras e era de água em quantidade, nem sequer era em qualidade, era água em quantidade e todos os dias ouvia isso, todos, era o principal problema que havia naquela terra, naquelas aldeias todas, era o abastecimento de água e por isso é que foi feita essa situação. Se agora as Águas de Portugal o querem rentabilizar e eu acho muito bem, que os investimentos se rentabilizem, com uma empresa da dimensão que é, chegando a água daquela captação a outras terras outras localidades, não vejo problema nenhum e se as Águas de Portugal vissem tanta dificuldade na água, se vissem tanto problema na água, tanta condição de que a água não tem salubridade como a acabou de apresentar, teriam alguma dúvida em a fazer chegar aos restantes locais do Concelho de Mirandela.

Em relação ao Sr. Presidente da Junta do Franco, dizer-lhe que os transportes urbanos, eu aqui já expliquei que tinham uma linha azul e a linha azul quer dizer, para onde as pessoas o mandarem parar, não têm paragens fixas e obrigatórias, porque nós estamos a elaborar um estudo, que nos foi agora aprovado, que se chama o Plano de Mobilidade Sustentável, que vai fixar toda a rede de transportes do Concelho de Mirandela, incluindo não só a cidade, mas também as principais aldeias, até porque as concessões, como vocês sabem, dos Serviços Públicos estão a ficar abandonadas ou a ser abandonadas pelas empresas do sector, porque não são rentáveis, esperamos que no decorrer e no financiamento deste estudo, estas questões sejam abordadas para depois as tentarmos responder e as tentarmos resolver, em conjunto com todos.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em seguida deu a palavra à Deputada Municipal Elina Fraga (PSD):

Bom dia a todos, eu gostaria de deixar uma primeira palavra ao Sr. Presidente de Junta de Freguesia do Franco, sobretudo para o aliviar, depois da crítica que me pareceu ter sido deixada aqui pelo Dr. Maximino, de que ser jovem é defeito e diria ao Sr. Presidente da Junta do Franco, uma coisa que em tempos ouvi dizer ao Dr. Manuel Monteiro, Presidente na altura do CDS, que dizia algo deste género, se o meu único defeito é ser jovem, não se preocupem porque passa com o decurso do tempo. Depois, Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Franco, deixo-lhe aqui reconhecido o mérito, de ter tido uma intervenção de tal forma marcante, que tendo sido proferida em Fevereiro de 2006, apenas mereceu resposta em Junho de 2006. Depois para aliviar também a tensão, queria antes de mais congratular-me com a vitória da selecção, que julgo que nos enche a todos de orgulho, os nossos corações estão cheios de felicidade e penso que seguramente se isto continuar assim, todos nós teremos que arranjar uns passe-makers, mas seremos seguramente campeões do mundo. Depois também já que estou numa fase de felicitações, para felicitar a Mesa desta Assembleia, porque conseguiu, por um lado, atempadamente distribuir as actas e por último também, conseguiu dar uma redacção concisa, fiel, coisa que no passado não se verificava. Gostaria ainda de dizer que falar e fazer, prometer e cumprir, são como devem calcular, coisas bem diferentes. As palavras, meus Senhores, leva-as o vento, as obras e acções ficam, imortalizam-se, estão à vista de toda a gente até para serem criticadas. Mas nem por isso e ainda que mais não mereçam que a crítica, sobretudo da oposição, deixam de existir e estão à disposição dos seus destinatários, nomeadamente dos Mirandelenses. Há na verdade quem faça barulho, muito barulho, tanto barulho que quase é ensurdecedor, em contrapartida há outros que discretamente sem grandes alaridos, labutam diariamente para que o Concelho de Mirandela e os Mirandelenses tenham mais qualidade de vida. Quem não se lembra do carro de saúde que engalardoava a campanha de um determinado partido



político. Foi tanto barulho que confesso que ainda hoje me interrogo sobre o destino dado a tão precioso veículo. Dizem alguns ter sido trágico o seu destino, já depois de ter sido criada a expectativa legítima de vir a ser um carro de saúde, apenas foi aproveitado para fazer mudanças, dizem alguns que foi utilizado para fazer mudanças, mudanças de Mirandela para Lisboa. Eu não acredito, contudo foi-se um veículo e soube que virá outro. Outro porventura menos barulhento, mas equipado para servir a população mais idosa e doente, espalhada pelo Concelho de Mirandela. A unidade móvel de saúde foi a promessa eleitoral porventura mais consensual, já que foi considerada prioritária por todos os partidos políticos. Todos tinham a perfeita noção que se impunha apostar num veículo móvel de saúde e as divergências a assinalar prendiam-se tão só com a equipa que em tal veículo deveria circular. O CDS/PP defendia, tanto quanto sei, que o carro de saúde apenas deveria compreender, face aos escassos recursos médicos, um motorista e uma enfermeira. Nós sempre defendemos que com essa equipa não se justificava o investimento. Hoje, porque fomos ambiciosos, estamos em condições de, em parceria com o Centro de Saúde e a Santa Casa da Misericórdia de Mirandela, poder vir a oferecer ao Concelho uma verdadeira unidade móvel de saúde, que com eficiência e de forma responsável dê assistência a todos os idosos, que desta forma não precisarão de se deslocar a Mirandela, com todos os inconvenientes e aborrecimentos, que tal deslocação comporta. A Câmara Municipal, o Centro de Saúde e a Santa Casa, fizeram convergir a sua vontade de solucionar um problema e sem grande barulho mas com muita eficiência, conseguiram alcançar uma solução, que constitui a ambição de todos e permitirá trazer para Mirandela, uma unidade móvel de saúde que até pode ser silenciosa, mas constituirá uma mais valia inestimável, para os que carecem de assistência médica e têm dificuldade em se deslocar. Ouvei algures que os políticos que não trabalham, conspiram e isso foi determinante para eu me interrogar se os Vereadores do Executivo em permanência trabalham, que andarão a fazer os da oposição? Por último e para terminar, face à intervenção do Sr. Presidente da Câmara, que fez referência a uma entrevista do Sr. Presidente da Comissão Política do Partido Socialista de Bragança, era importante que o PS local se demarcasse da posição assumida pela Concelhia de Bragança e para vir aqui esclarecer se aquilo que foi dito pelo Presidente da Comissão Política Concelhia do PS, se é verdade ou se é demagogia.

Muito obrigada.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, disse:

Tem a palavra o Deputado Municipal Vasco Aníbal Saldanha (PSD):

Exm.º Senhor Presidente da Assembleia Municipal e respectivos Secretários, Exm.º Senhor Presidente da Câmara e restante Vereação, Exm.º s. Senhores Deputados, Exm.º s Senhores e Senhoras.

A manifestação desencadeada no dia 4 de Maio último foi prova cabal de que a sua população não quer que lhe retirem bens essenciais nomeadamente o encerramento da sua maternidade. E, só quem não conhece a realidade da nossa região poderá pensar em tão grande disparate. Se é verdade que algumas delas devem fechar por falta de condições ou por se encontrarem muito próximas umas das outras, a nossa por força das características próprias da região terá que ser uma aposta para continuar atendendo principalmente ao mau estado das estradas e à grande distância a percorrer entre as suas localidades, por isso bem diferente de outras zonas do país

Já muito se disse em relação a este assunto, no entanto tudo que for feito é sempre pouco para contrariar a política do Governo nesta matéria já que está em causa um bem essencial à vida e também o futuro da nossa terra.

Penso que todos estamos preocupados com esse futuro mas para se falar dele, temos também que interrogar o passado e todos aqueles que de alguma forma foram responsáveis pelo estado em que nos encontramos.

As análises têm que ser feitas e as verdades têm que ser ditas, além de questionar os sucessivos governos, não posso esquecer também os transmontanos com responsabilidade na administração pública, salvo raras exceções, nunca foram capazes de olhar pela terra que os viu nascer, não admira por isso que outros o não tivessem feito. Todos nós, aliás, temos tido culpa do estado a que chegamos, porque nunca fomos capazes de exigir políticas de desenvolvimento, assim como nunca fomos capazes de nos organizar de forma a investir na nossa própria terra. Onde está a força e audácia que dizem termos? Veja-se a realidade das nossas aldeias, por quem tenho aliás um carinho muito especial, outrora cheias de vida e apesar de alguma melhoria das condições de vida, estão a morrer lentamente e cada vez com menos população e até esse fenómeno é uma realidade nas vilas e em algumas cidades. Vejamos então! Só no nosso distrito, das 292 escolas existentes do



meio rural, só 67 não encerrarão as portas. Que fazer então? Para ajudar a alterar esta situação defendo há muito a criação de 9/10 núcleos entre as 37 freguesias do nosso concelho de forma a poder criar-se alguns projectos para a fixação das pessoas. A área de apoio social e consequente construção de centros de dia e de alguns lares é muito importante, sei que esta é uma área prioritária para a Câmara como aliás foi dito pelo Senhor Presidente da Câmara aquando do encerramento da Campanha nas últimas eleições. A organização familiar de outros tempos dos 5, 6, 7, 8, 9 e mais filhos como sabemos sofreu alterações profundas, os tempos são agora outros, tem que haver incentivos à natalidade e é claro que, a criação de emprego é a mola real para atingir esse objectivo. Uma melhor organização agrícola com base numa melhor produção pode ser entre outras possibilidades uma mais valia para as populações, devendo este processo ser apoiado pela Dir. Reg Agricultura.

Para alterar de vez com esta situação em que nos encontramos e apesar do êxito reconhecido da nossa cidade quer pela sua beleza natural quer através da realização de diversas acções, nomeadamente culturais e desportivas, é imprescindível fazer de Mirandela um grande polo de desenvolvimento a vários níveis, pois ocupa uma posição estratégica dentro da região. Para isso é fundamental procurar urgentemente investimentos de forma a que o seu crescimento transforme a curto / médio prazo a cidade e o próprio concelho e onde a educação deve ter sempre um papel privilegiado.

Com efeito e tendo em vista reforçar esses objectivos para o concelho, devo aqui, com toda a justiça realçar a acção desenvolvida pela Câmara Municipal na pessoa do seu Presidente no dia 28.04.2006, na presença do Senhor Primeiro Ministro, Ministro da Agricultura, Ministro da Saúde, demais vereadores e membros da Assembleia Municipal que apresentou na Direcção Reg. Agricultura, aquando da inauguração do seu laboratório algumas políticas de desenvolvimento para o nosso concelho. De facto a forma objectiva clara e decidida com que o Senhor Presidente da Câmara interpelou o Governo para a necessidade de apoiar diversos projectos, não deixou dúvidas quanto à dinâmica que pretende empreender. A exemplo disso, devo salientar a importância do projecto mobilidade sustentável, onde o nosso Município foi um dos raros contemplados por ter apresentado um projecto de qualidade reconhecida e que procura também por este meio fortalecer o futuro do concelho. Desta forma, quer enquanto membro desta Assembleia quer enquanto cidadão deste concelho, só posso regozijar-me com a realização de acções que procurem sempre o seu desenvolvimento. Para tornar possível essa realidade aponto entre outros, cinco caminhos. Em 1.º lugar é necessário que a população do concelho, atinja nos próximos 20 anos os 50/60.000 habitantes ou seja um acréscimo de 1.000 a 1.500 pessoas por ano. Em 2.º lugar, além do novo traçado Mirandela, Valpaços, Chaves, torno a referir a necessidade de se construir um novo traçado entre Mirandela, Rebordelo, Vinhais, pois o actual já está desactualizado, devendo esse prolongamento ser feito com ligação à auto estrada Ourense, Verim, Sanábria na zona da Gudinha ou na A Mesquita, pois sem boas acessibilidades não existe investimento não existe desenvolvimento, as grandes empresas como é óbvio não se instalam e por via disso não se cria trabalho e sem trabalho não existe emprego. Em 3.º lugar considero fundamental a criação de um grupo de apoio à Câmara a constituir entre diversas personalidades com forte capacidade para captar investimento e ajudar na promoção dos nossos produtos a nível nacional e internacional como acontece com a criação da marca Mirandela qualidade superior ou com outros projectos que a Câmara está a desenvolver como aliás é do nosso conhecimento. Em 4.º lugar, entendo ser importante a realização de um encontro a nível de empresários por forma a debater as potencialidades do nosso concelho, sendo também aconselhável a presença da comunicação social. Em 5.º e último lugar torna-se necessário criar em Mirandela, através da UTAD, cursos que visem a fixação da juventude. Também o aproveitamento dos rios Tuela, Tua e Rabaçal, desde que se construam pequenas barragens, podem ser uma boa fonte de riqueza, além de preservar a própria água, pode contribuir ainda para a energia eléctrica, turismo, desporto e desenvolvimento da agricultura assim como a caça. Com a construção dessas barragens e tendo como componente o turismo, penso ainda ser possível a recuperação de algumas aldeias ou parte delas, vindo estas a usufruir por via disso, dum bem essencial para as suas populações.

É por estas razões que considero importante a criação desse grupo cujo poder económico seja capaz de ajudar a trazer algo de novo ao nosso concelho. Para que isto seja possível e não percamos os desafios do futuro, entendo que cabe ao Senhor Presidente da Câmara Dr., José Silvano, liderar esse grupo e iniciar todo o processo com vista à sua constituição. Neste sentido e caso o Senhor Presidente da Câmara entenda ser importante a sua criação, devemos colaborar no sentido de também nós podermos dar o nosso contributo, porque enquanto cidadãos deste concelho temos essa obrigação.



Senão vejamos: nas condições actuais e apesar do amor que sentimos pelas nossas terras e da melhoria das condições de vivência, mesmo assim quem quer viver nelas? A realidade é que a ausência de perspectivas futuras obrigou-nos e obriga-nos ainda hoje a procurar outros destinos enquanto os pais, esses foram e vão ficando para lavar a terra de subsistência. E depois dos pais partirem o que fica e quem fica? Esta é a realidade pela qual nos devemos questionar e não há que a omitir.

Por isso mais que as palavras, é hora de repensar novas atitudes pelo respeito aos nossos valores e às nossas gentes. O conformismo não pode fazer parte de nós.

Viva o concelho de Mirandela, estou certo irá crescer rápido e com qualidade só depende da nossa vontade e da nossa força. Temos que ter decididamente essa vontade e essa força, eu acredito na minha mas também quero acreditar na vossa.

Temos que erradicar o passado, construir o presente para alcançar o futuro, porque as obras nunca são impossíveis de realizar.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, disse:

Tem a palavra o Sr. Dr. Sousa.

Deputado Municipal Luís Pinto de Sousa (CDS/PP Independente):

Bom dia a todos e a todas, Sr. Presidente eu tenho uma intervenção política e alguma pedidos de esclarecimento ao Executivo, mas acho que secalhar vai ser muito longo e possivelmente será melhor pedir a palavra novamente.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, disse:

Ó Sr. Dr. como sabe tão bem como eu estamos no Período de Antes da Ordem do Dia, o Regulamento concede uma hora, finda a qual se necessário esta Assembleia se pronuncia para prolongar. Portanto em princípio e face aos avisos que temos feito aos Srs. membros desta Assembleia, uma vez que houve seis inscrições, se não me falha a memória, seria dez minutos a cada um, a Mesa tenta fazer um equilíbrio, de maneira que eu chamo a atenção dos Srs. intervenientes para o efeito.

Deputado Municipal Luís Pinto de Sousa (CDS/PP Independente):

Meus Senhores, minhas Senhoras,

Há cerca de um ano propuseram-me escrever um artigo sobre como inovar a democracia em Portugal. O artigo que viria a integrar uma colectânea intitulada *20 ideias par 2020*, pretendia reflectir sobre as principais transformações ou desafios que hoje se colocam à nossa democracia e finalmente, sugerir um conjunto de medidas inovadoras para o melhoramento do seu desempenho sobretudo no que diz respeito ao poder local e com maior acuidade o das zonas do interior e transfronteiriças, com índices de desenvolvimento abaixo da média europeia.

Gostava hoje de partilhar convosco três dessas medidas que no meu entender poderão gerar alguns *spill-overs* e benefícios para as autarquias em questão e que servem de reflexão sobre um futuro próximo, que começa já em Janeiro de 2007 com o novo quadro orçamental plurianual da EU (2007-2013):

- A primeira destas medidas, cujo processo de implementação é da responsabilidade partilhada entre o poder central e o poder local, trata-se de *adequar a cooperação regional e intermunicipal com vista a uma melhor redistribuição, gestão e aplicação de fundos comunitários*. A adequação dos meios deveria começar por uma avaliação cuidada do trabalho efectuado e a efectuar pelas Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional e os seus gabinetes de apoio técnico, na promoção e apoio a candidaturas de natureza intermunicipal, privilegiadas no próximo Quadro Comunitário. Do mesmo modo, torna-se necessária a intensificação de redes e parcerias municipais adequadas à macro-dimensão dos programas europeus. Prefiro a palavra redes ou parcerias, pela natureza mais dinâmica e funcional e de geometria de variável. É aconselhável que esses agrupamentos intermunicipais se desenhem sempre num clima de concertação e num âmbito das CCDRs, para que o associativismo em prática não descuide a solidariedade desejada entre Municípios ditos "ricos" e os seus vizinhos "pobres".



- Em segundo lugar, é cumulativamente premente que as autarquias, especialmente nas zonas desprotegidas do interior se modernizem, se europeizem, criando por exemplo: serviços especializados na atracção de investimento e na apresentação de candidaturas a programas europeus, com técnicos recrutados pelo seu funcionalismo, experiência e mérito (e não por recomendação familiar ou partidária); fomentando iniciativas de cooperação inter-regional, utilizando as novas tecnologias de informação e comunicação, quer para facilitar e aligeirar os procedimentos administrativos, estreitar a relação dos cidadãos e empresários com a burocracia autárquica, quer para potenciar as várias iniciativas privadas que possam constituir uma mais valia para o desenvolvimento da autarquia; gerindo as finanças locais de modo a possibilitar o co-financiamento de projectos europeus, sendo que o recurso a empréstimos, deve ter por missão essa despesa de investimento, em vez de servir apenas, como tem vindo a ser prática nesta Autarquia, para o pagamento de despesas correntes, resultantes de uma má gestão continuada e de um recrutamento de pessoal desproporcional às necessidades do Município;

- Por último, é fundamental a *definição de uma estratégia de cooperação inter-regional não apenas com as regiões espanholas vizinhas, mas também com outros parceiros europeus*. O problema da interioridade é tão português como de qualquer outra região periférica da Europa. O problema da reorganização dos serviços sociais, sobretudo os hospitalares e o seu impacto nas condições de vida das populações locais, deverão ser repensados tendo em conta um espaço de actuação que não se restringe às fronteiras nacionais. Estes são desafios para os quais os nossos/as autarcas deverão estar preparados. Meus senhores, minhas Senhoras, quando a concorrência aperta e os dinheiros escasseiam, a mediocridade, a falta de inovação e de visão, a passividade não serão toleradas nem premiadas! É importante que os nossos autarcas tomem consciência de que o ónus destas iniciativas, recai primariamente na sua actuação e desempenho.

Aproveito também a oportunidade para solicitar alguns esclarecimentos ao Executivo relativamente a vários assuntos desta autarquia:

Relativamente à intervenção da Dr^a Elina sobre a unidade móvel de saúde. Confesso que não percebi o teor e propósito da sua intervenção. Fiquei com a impressão que considerava a ideia má e demagoga quando inicialmente proposta pelo CDS e que agora já se tratava de uma ideia boa, porque apresentada tardiamente pelo PSD. Se calhar era apenas uma diferença de ruído como a Dr^a apontou: a primeira era muito ruidosa e a segunda mais silenciosa... enfim! Deixemo-nos disso Dr^a Elina. O importante é que essa unidade móvel de saúde venha e venha bem equipada para prestar um bom serviço aos nossos municípios.

1. Website da Câmara

Volto novamente a este assunto, porque continuam activos outros dois *sites* com conteúdos semelhantes aos da Câmara, o que cria alguma confusão para os utilizadores. Relativamente à parte lúdica do *site*, parece-me de mau gosto, que ao lado de jogos interessantes para as crianças, como o da recolha de lixo diferenciada se coloque dois outros jogos de efeito pedagógico duvidoso, nomeadamente: 1) um jogo de um indivíduo em estado alcoolizado, que sai de um bar e com uma garrafa na mão que vai cambaleando até cair no chão estatelado e partir a garrafa; 2) Um jogo de *joy riding*, isto é, de conduta criminal ao volante, onde o veículo do jogador faz gincana a alta velocidade entre outros carros numa auto-estrada e que geralmente, na vida, tal como no jogo, acaba na morte do próprio (e de terceiros!) Senhor Presidente, é possível que o Senhor nem esteja ao corrente disto, mas atendendo que quer o alcoolismo, quer a condução perigosa são dois flagelos a combater na nossa região, aconselhava o *webmaster* a substituir esses dois jogos por outros mais convenientes para as crianças. Parece uma coisa fácil de fazer.

Ainda no "âmbito da cidade digital", seria importante que se procedesse à criação de um sistema informático de catalogação e de utilização/consulta da Biblioteca. É preciso pensar o futuro, ainda por cima porque já temos cá pólos universitários, portanto utilizam a Biblioteca e é fundamental para a pesquisa.

Já agora Senhor Presidente, aproveito também, para lhe solicitar que sejam fornecidos alguns serviços de *Internet* aos membros desta Assembleia que assim o desejem para contactar os cidadãos, nomeadamente: um endereço e-mail institucional e uma página *Web*. Também insisto que se instale um sistema Wi-Fi nos Paços do Concelho e na Biblioteca o que tornar-se-ia extremamente útil para os membros desta Assembleia que desejassem consultar o seu correio electrónico e, porque não a *Internet* sobre matérias em debate na sessão plenária.



2. Marca de referência do Município

Este Município tem desde alguns anos um logotipo ilustrativo dos *ex-libris* da cidade: o Palácio dos Távoras, a Igreja Matriz, a Ponte Velha e o Tua. Para quê a criação de um novo logotipo? Já agora quanto custou e a quem foi adjudicado o serviço?

3. Turismo

Meus Senhores, minhas senhoras, cumpre-me voltar novamente ao tema da má localização e má visibilidade do posto de turismo, que se encontra no parque de estacionamento da Ribeira de Carvalhais.

Sugiro que se transfira o dito posto de atendimento para junto da Ponte Velha, onde outrora esteve. Para além de ser um ponto com maior visibilidade e central, encontrar-se-ia ao lado do mini-comboio frequentado por turistas.

Este serviço deve também funcionar aos fins de semana, altura em que é mais frequente a passagem de visitantes e não apenas em horas de expediente normal.

4. Concurso para contratação de pessoal a termo resolutivo certo

Foi aberto recentemente um concurso para contratação de pessoal a termo resolutivo certo (com duração de 6 meses), publicado n'º Primeiro de Janeiro, a 20 de Junho de 2006. Gostaria que o Senhor Presidente me informasse do seguinte:

1) É prática corrente anunciar concursos em jornais de fraca tiragem e sobretudo de baixos níveis de leitura nesta região; sendo que se tratava de quatro vagas, não teria sido mais transparente que se publicasse o concurso no Jornal de Notícias por exemplo?

2) Visto que o Sr. Presidente tem acolhido positivamente as nossas sugestões e procedeu, finalmente, à criação de um portal do Município, não teria sido mais transparente que esse concurso fosse também anunciado no dito *Website*? (No dia 21 de Junho essa informação não constava).

3) É prática desta Câmara, pergunto se é prática desta Câmara abrir concursos para recrutamento de pessoal com três dias úteis de resposta? Considera isso um processo transparente?

4) Senhor Presidente, quem vão ser os felizardos e felizardas deste esquema de recrutamento?

5) Senhor Presidente, existe algum estudo objectivo e rigoroso que nos faça uma análise longitudinal e funcional da evolução dos recursos desta Câmara, dos recursos humanos desta Câmara e uma radiografia da actual situação e que nos possa ser facultado para apreciação?

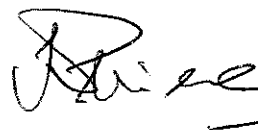
Aguardo resposta.

5. Mini-Hídrica

Senhor Presidente, há tempos referiu ter existido um estudo de avaliação sobre a viabilidade económica de uma mini-hídrica na ponte açude e do seu impacto ambiental. Mais ainda, referiu que o projecto de exploração dessa mini hídrica já tinha sido adjudicado há alguns anos atrás (creio oito) e que apenas recentemente os investidores privados decidiram pô-lo em prática. Senhor Presidente agradecia-lhe que facultasse a esta Assembleia o dossier de todo este processo, porque parece-me um longo período de inércia e portanto gostaríamos de averiguar se: 1) os investidores privados responsáveis pela exploração da mini hídrica estão à altura de executar o projecto; 2) se não estão, porque é que foram escolhidos; e 3) se existe mesmo um projecto ou se se trata apenas de pura ficção.

6. Parque Dr. José Gama

Meus senhores e minhas senhoras, todos nós conhecemos o Parque Dr. José Gama, um legado daquele do notório autarca. Mas alguém conhece o parque "A Tua Cidade"?... eu também não. Existe uma placa à entrada do jardim, com o nome do nosso estimado autarca já desaparecido; e



existe outra no muro de acesso (pela parte de baixo e bem escondido) onde o Dr. Silvano lhe dá outro nome, como se uma inauguração do trabalho de outros constituísse obra sua. Ainda não foi feito um busto nesse parque de homenagem ao Dr. Gama e já se começa a destruir aquilo que ele e outros arduamente construíram ao longo dos anos. A política do Dr. José Gama era a de fazer as pazes entre Mirandela e o Tua, a política do Dr. Silvano é a de chamar seu o que foi feito por outros e de projectar sabe-se lá o quê, sobre a ideia e a obra de outros. Senhor Presidente agradecia-lhe que me informasse, qual a necessidade das obras de intervenção que estão a ser realizadas no fundo do parque. Se a intenção do Senhor Presidente era a de realizar algo semelhante à obra deixada pelo Dr. Gama e a sua equipa, porque não começar por espaços sem ajardinamento que proliferam pela cidade? Já agora, quanto é que essa pseudo-intervenção paisagística vai custar ao Município?

7. Inquérito aos Múncipes sobre as necessidades e nível de satisfação com os serviços autárquicos

Alguns de vós terão recebido por e-mail esta tentativa de avaliação do desempenho dos serviços da Câmara através de um inquérito, se é que a podemos chamar assim, às necessidades e aos níveis de satisfação dos nossos múnicipes.

A iniciativa é de louvar, mas a sua concepção é medíocre. O inquérito não tem qualquer validade científica. Sem aprofundar muito o assunto, saliento apenas alguns dos graves erros metodológicos presentes neste pseudo-inquérito:

1) Quanto ao objectivo do inquérito, é preciso ter em conta que as percepções são, por vezes, pré-concebidas, fluidas e pouco objectivas e representam apenas um indicador de *performance*; uma política de melhoria dos serviços deverá também ter em conta as necessidades e dificuldades dos próprios funcionários;

2) Quanto à amostra, esta não se encontra definida, portanto não se pode extrapolar nenhum resultado para o universo de múnicipes do concelho, em poucas palavras, nada do que vier a ser colhido tem qualquer validade e expressividade;

3) Quanto ao método de recolha, por e-mail (ou carta ou telefone), só por si pode falsear os resultados, sobretudo se a amostra não estiver bem trabalhada. Num acto de má fé, eu poderia ter imprimido 1.000 inquéritos, responder "Muito mau" a tudo e enviar para vossa apreciação; ou, ao invés, poderia ter respondido "Muito bom" a tudo. O ponto da questão é: esta deturpação dos resultados é possível porque não foi criado qualquer controlo à recolha, nem foi definida uma amostra. Também ficamos sem saber como foi enviado o inquérito. Caso tenha sido enviado apenas por e-mail, estão deste modo a excluir os info-excluídos que, tradicionalmente, são os múnicipes que têm mais dificuldades de relacionamento com a burocracia. De qualquer modo, como já disse, este não é melhor método de recolha, sendo preferível a entrevista presencial em casa dos inquiridos. Dos múnicipes também não sabemos se são utentes regulares ou se não têm qualquer relacionamento com os serviços camarários, etc, etc;

4) Por último, não existe qualquer tipo de caracterização social dos inquiridos, para além da distinção, não justificada, entre múnicipes, entidades e técnicos (autores de projectos). Os múnicipes não são um todo homogéneo: os múnicipes com deficiências motoras não terão as mesmas necessidades que os múnicipes sem deficiências motoras; os idosos não terão as mesmas necessidades que os jovens, etc, etc;

Sr. Presidente, é preciso ter atenção que este tipo de avaliações sobre o desempenho dos funcionários da câmara pode ter implicações graves para a imagem e moral dos mesmos, alguns dos quais com anos de serviço e de dedicação a esta instituição. Este trabalho pode e deve ser feito, mas com seriedade e profissionalismo, porque estamos a avaliar os nossos funcionários, e é, portanto, fundamental que se tenha muita atenção naquilo que se faz nesta matéria. O Sr. Presidente e os membros do executivo têm o meu número de telemóvel. Fico à vossa disposição para a ajuda que necessitarem neste domínio.

8. Quadro-relação da participação e representação da autarquia em redes e associações



Por último, há duas sessões atrás votamos a participação do nosso município em redes e associações de âmbito regional com actuação nas mais diversas áreas de interesse para o desenvolvimento do concelho.

Seria da extrema utilidade para os membros desta assembleia e para os munícipes em geral que essa informação fosse tratada de um modo compreensivo e sucinto, regularmente actualizada e disponibilizada em papel e/ou na no *website* do município. A tabela poderá incluir, por exemplo, o nome da associação/rede, a sua missão/propósito (sumário), o custo de filiação, nome e contacto do membro/representante do município e agenda de trabalhos para que possamos acompanhar o desempenho destes e solicitar-lhes toda a informação sobre os resultados obtidos quando oportuno. Muito obrigado pela vossa paciência.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, disse:

Para uma intervenção, tem a palavra o **Deputado Municipal Rui Magalhães (PSD):**

Então bom dia a todos. Na qualidade de membro desta Assembleia Municipal, por inerência mas também por direito próprio, queria começar por enaltecer as intervenções que foram efectuadas, algumas de carácter muito positivo e muito pro-activo, penso que esta é uma forma correcta de fazer oposição, de fazer intervenções nesta Assembleia Municipal e congratulo-me com isso e queria aqui sobretudo realçar uma, a do Sr. Carlos Fraga, foi de facto, hoje estive aqui como cidadão que tem sido sempre, o uso de um direito que também é um direito próprio e fez aqui referência a um evento que ocorreu em Mirandela, ao qual eu estive directamente ligado, que foi o Jesus Caminha em Mirandela e eu queria aqui publicamente agradecer a participação dos actores e dos figurantes nesse evento, que são cidadãos comuns, são pessoas, muitos deles mal sabem ler e escrever, mas que deram imenso para que este evento se realizasse e fizeram-no com muita fé, com muita determinação.

Em relação aos nichos da ponte velha, queria em meu nome pessoal, em nome da confraria e sobretudo em nome dos Mirandelenses, agradecer o início das obras para breve, é de facto uma grande necessidade, assim como as obras no Santuário de Nossa Senhora do Amparo, já aqui o disse várias vezes. Em relação aos nichos, a confraria, da qual eu sou o juiz, também efectuou algumas diligências, nomeadamente contactou técnicos do IPAR, no sentido de saber que tipo de intervenção seria possível fazer. Posteriormente soubemos que a Câmara Municipal já tinha feito contactos com especialistas, porque a intervenção é uma intervenção especializada e é bom que assim seja, porque de facto é um monumento histórico, que tem sido algo abandonado, em minha opinião, mas felizmente vamos ver os nichos da ponte velha com a dignidade que merecem.

Em relação à questão do turismo, é só uma pequena referência, o posto de turismo está aberto aos Sábados, só está fechado ao Domingo.

Em relação à lista das redes com a qual o Município se tem associado ao longo dos anos, penso que é também uma excelente ideia, eu próprio farei essa pesquisa, essa recolha e essa publicação na página da Internet.

Finalmente, realçar também aqui outro evento que ocorreu em Mirandela, que foi o primeiro Open Internacional de Parapente, entre os dias dez e treze de Junho, que teve o apoio da Câmara Municipal, mas também das Juntas de Freguesia dos Passos, das Lamas e de Mirandela, isto para dizer que ao contrário do que foi já por duas vezes dito em reuniões do Executivo, por um membro como Vereador da oposição do CDS/PP, nunca este evento esteve em causa, nunca. Nunca a Câmara recusou apoio para a realização deste evento. Agora, o que nós fizemos, o que eu fiz pessoalmente, foi, quando foi recepcionada a proposta da Federação Portuguesa de Voo Livre, tive várias reuniões com elementos dessa Federação e do orçamento inicial de vinte mil Euros, passou-se por dez mil Euros. Conversamos em que termos é que o Município podia e devia apoiar este evento, isto dentro de um contexto e de uma metodologia de rigor que o Município tem implementado. Para além do apoio financeiro que já foi levado a reunião do Executivo, a Câmara prestou apoio técnico, humano e material durante quinze dias, o evento começou com quinze dias de antecedência, a Câmara deu alojamento e alimentação para quinze pessoas durante cinco dias, disponibilizou um autocarro para recolha, carros para recolha, contentores do lixo, serviço de bombeiros que foram contactados para prestarem apoio, um Kit de material de turismo, um jantar de encerramento e também um lanche de encerramento que decorreu no aeródromo municipal. Portanto é só para que não haja dúvidas, nunca a Câmara Municipal de Mirandela recusou apoio ao parapente e em concreto ao Aeroclube de Mirandela. Muito obrigado.



De seguida o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao membro Jorge Costa (PS):

Bom dia Sr. Presidente da Assembleia, Membros da Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhora e Senhores.

Esta minha intervenção foi suscitada pelo repto da Dr.ª Elina, ao qual terei muito gosto em responder, mas vou deixar para o fim e aproveito aqui também para fazer e subscrever algumas considerações sobre alguns dos assuntos que preocupam os Mirandelenses e desde logo é a questão dos nichos, acabou aqui de ser dito e já foi confirmado pelo Sr. Presidente que até ao fim de Julho seriam objecto de uma intervenção, são boas notícias., correremos o risco de logo a seguir voltar a acontecer o mesmo, serem vandalizados, mas isto é como o papel higiénico, é importante também para os que o roubam e para toda a gente. Portanto isto é quase como um ciclo e eu acredito que se porventura voltarem a ser vandalizados, que a resposta seja muito mais imediata do que tem sido até aqui.

A questão do cruzamento que foi também aqui falado pelo Sr. Garrido, membro da CDU, eu recordo aqui esta Assembleia, sobre esta questão já ter feito uma intervenção mais ou menos de fundo, talvez há quatro anos, mas no mínimo há três anos, onde colocava também essa questão aliada a muitas outras, que tem a ver com acessos e vias de circulação que de facto hoje não dão resposta ao crescimento que houve em número de automóveis. É importante recordar que quer o cruzamento do Hospital, quer este cruzamento aqui da Ponte Nova, portanto terão trinta e cinco anos. A Ponte foi inaugurada em 1970, portanto as contas são fáceis de fazer. Entretanto ainda há dias foi tomada uma deliberação sobre mais instalação de alguns semáforos, com justificação de que são importantes para resolver alguns problemas naquelas áreas, naquelas duas zonas que é ali junto à Alexandre Herculano e na Casa Verde. É uma verdade, mas eu penso que por um lado resolve mas por outro também vai dificultar, isto para chegar a uma conclusão, de facto aquela intervenção que eu fiz, já aqui há uns anos, que era urgente criar condições de acessibilidade diferentes, talvez com a criação de rotundas, uma penso que é fácil do lado do Hospital e outra aqui junto à Ponte Nova e se bem me recordo, já à data o Sr. Presidente falou que haveria um estudo elaborado e portanto que isso iria ser resolvido. Entretanto hoje ouvimos a mesma resposta, o que eu desejo é que desta vez se perceba que o problema cada vez se está a agravar mais e portanto que esse estudo se concretize e nomeadamente o problema que seja resolvido com muita brevidade. A questão das motas de água penso que também é preocupante e eu posso dizer que secalhar sou um frequentador do rio desde pequeno. Todos os Verões troco o rio pela piscina, portanto frequento muito o rio, sempre que posso ao fim da tarde gosto de lá ir dar o meu mergulho e faço isto já há bastantes anos e preocupo-me quando vejo motas de água. Por vezes ando a nadar e tenho que estar sempre com muita atenção para que não seja surpreendido pelas motas, porque de vez em quando eu vejo que há gente consciente, respeita os corredores, mas depois também há gente que quando vê umas garotas gosta de se exibir e aproxima-se mais das margens e tudo isto e aliás já tivemos exemplos neste Verão, que houve mortes provocadas por causa da ondulação das motas de água. Mesmo para quem nada, não é só a questão dos barcos, a gente vai a nadar tranquila e derrepente engole muita água porque é surpreendido com aquela ondulação. Portanto penso que aí também é uma questão de implementar a fiscalização e de fazer respeitar os corredores que forem designados para os utilizadores.

Falou-se aqui também no Arquitecto Albino Mendo, uma figura sobejamente conhecida de todos, eu também tive o privilégio de quando criança praticamente ter aprendido a nadar com ele, foi falado aqui isso era uma pessoa muito interveniente, na altura, era eu miúdo, recordo-me, falou no campo de futebol. Recordo de ter sido candidato a Presidente da Câmara e ter apresentado projectos de facto fabulosos, na altura e só lamento que depois ele tenha deixado de intervir mais na vida pública, porque penso que poderia ter dado um contributo muito maior do que aquele que deu para o desenvolvimento desta cidade e eu penso que ele se terá alheado por motivos pessoais, dessa questão e eu só lamento que de facto, julgo que era uma figura que o poderia ter dado um contributo muito maior.

E agora respondendo aqui ao repto da Dr.ª Elina e faço-o com muito gosto. Só lhe digo que tenho alguma dificuldade em perceber o repto aqui ao Partido Socialista, tenho alguma dificuldade porque a posição do Partido Socialista quanto à questão das maternidades, foi uma posição tornada pública, portanto foi uma posição sobejamente conhecida, aliás o Partido Socialista, eu próprio sou membro desta Assembleia, estive na manifestação, outras pessoas o fizeram por escrito, a própria concelhia de Mirandela manifestou de facto também a sua preocupação e o apoio da manutenção das maternidades e portanto daí eu não compreender o repto da Doutora, quererá porventura que o repita, faço-o com muito gosto, portanto repetir que a posição do Partido Socialista foi já assumida



publicamente e é bem conhecida. Também lhe digo que respondemos por nós, não podemos responder por outros, embora haja ou possa haver divergências de opinião de responsáveis concelhios do mesmo partido político e sendo a nossa opinião distinta de uma opinião que tem vindo e que foi e que é e que será do interesse dos munícipes de Mirandela e sendo essa posição distinta de outros membros, isto só prova que de facto nós não somos uma carneirada. Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, disse:

Terminou este ciclo de intervenções Antes da Ordem do Dia,
O Sr. Presidente ou os Srs. Vereadores querem intervir, dando resposta?

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, disse:

Eu muito rapidamente também para lhe dizer que só vou responder às perguntas feitas, porque os juízos de valor e as opiniões aqui manifestadas quer pela Dr.ª Elina Fraga, quer pelo Vasco Saldanha, quer pelo Dr. Sousa, quer pelo Dr. Rui Magalhães, respeito-as integralmente, são opiniões fundamentadas, concerteza são convicções, concerteza são estudos rigorosos do que pensam e das realizações e portanto são, segundo eles disseram mesmo, análises de intervenções políticas que só têm que se respeitar e que só têm que se aproveitar naquilo que a Câmara entender e vir que é aproveitável.

Em relação às perguntas e é essa a minha missão aqui hoje, deixaram perguntas o Sr. Dr. Sousa, que lhe vou dizer que são das perguntas concretas, uma delas sobre os empréstimos, que são para despesas correntes, aliás como a Câmara faz, esse discurso que já é costume ser feito pela bancada, dizer-lhe que com o mesmo rigor que preparou a sua intervenção política em termos gerais, também pode estender esse rigor e esse conhecimento à contracção de empréstimos em termos públicos e consultar as regras que são obrigatórias para que as Câmaras possam ter empréstimos concedidos para serem visados pelo Tribunal de Contas, como todos e lá diz exactamente que só pode haver empréstimos quando as obras em execução ou investimento público, ultrapassem cem por cento, do empréstimo obtido e se for ver isso, está lá claro e objectivamente e também com o sentido de rigor que emprega nas suas opiniões. Em relação ao Web site da Câmara, não tenha dúvidas de uma coisa, estão aqui presentes nesta Assembleia as duas pessoas ou três que essencialmente escrevem e fazem esse site e concerteza vão aproveitar muitas das ideias que foram aí transmitidas e concerteza que o contactarão para outras que eventualmente não sejam capazes de executar de maneira a dar-lhe a funcionalidade e a avaliação que pretende, porque todos nós quando fazemos ou gastamos dinheiro num site, queremos duas coisas, que ele seja eficaz, que ele seja fornecedor de informação, mas que ele sirva também para avaliar toda a estratégia conjunta da Câmara Municipal, senão não vale a pena existir o site em termos gerais, não há necessidade disso.

Em relação à cidade digital e a sua referência específica da ligação à Biblioteca e a outros edifícios públicos, eu vou-lhe muito rapidamente dizer o que é que a Câmara está a fazer nesse domínio e que pode ajudar à compreensão dessas situações. A Câmara candidatou, fez uma candidatura de dois milhões de Euros, quatrocentos mil contos em moeda antiga, para um projecto à medida quatro em termos de rede de novas tecnologias e a Associação de Municípios fez à quatro dois, para serem complementadas em termos gerais. Isto era nós usarmos um mecanismo comunitário ainda com verbas existentes, dentro dos prazos que existiam e que foram estipulados para resolver esse e outros problemas que existem na Câmara, nomeadamente para se valer de ir fazer televigilância da rede de rega, de outras situações que temos por aí que podem ser resolvidas todas com informatização e com novas tecnologias. Neste momento paramos, quer nós, quer a Associação de Municípios, esse projecto e vou-lhe dizer porquê. Porque surgiu um que é muito mais abrangente e é muito mais estratégico, não só para o Concelho, mas para a Terra Quente. Foi numa reunião preparatória e devido a alguns investimentos públicos que se anunciam aí de determinada dimensão, tivemos uma reunião com o Sr. Ministro do Ensino Superior e com a API, a Agência Portuguesa de Investimento que já concedeu PIN a um desses projectos e que nos foi posta a seguinte questão: porque não transformar estes projectos num que o próprio Ministério autorizaria a candidatura fora de prazo, que já terminaram os respectivos prazos do conjunto dos cinco municípios da Terra Quente, para que ficassem dotados todos de banda larga, todos os Municípios, o que é um investimento significativo nesta matéria, segundo cálculo do Ministério do Ensino superior pode atingir os dez milhões de Euros de candidatura em termos gerais, para depois podermos servir esses investimentos de determinada dimensão com a rede total destes concelhos que são os cinco da Terra Quente, com uma referência que é o ponto onde ir buscar ou aproveitar essa ligação, ficaria para nós na Refer que tem um ponto já estabelecido na linha entre Mirandela e o Tua e que dá praticamente



paras ligar os concelhos da Terra Quente a partir desse ponto da Refer que nos ficaria muito mais barato e rentabilizaria, segundo o próprio Ministério do Ensino Superior, esta candidatura. Essa candidatura está a ser elaborada num prazo record por técnicos da área em termos gerais, que tem que ser apresentada ao Ministério do Ensino Superior e neste caso à UMIC, que trata dessa situação específica, até ao fim do mês de Julho e espero que resolva não só este como os outros problemas, nomeadamente a velocidade e a celeridade da informação, que nós no interior precisamos se quisermos ser competitivos com qualquer outra cidade ou outro concelho do litoral e isto é olhar para a estratégia e é olhar para o futuro e para o médio prazo, em termos gerais, que estamos preocupados nesta matéria em seguir.

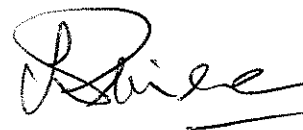
Em relação ao logotipo Mirandela Superior, só dizer-lhe que isto não é a identificação institucional, institucional não é, um logotipo institucional para usar na comunicação da Câmara, isso tanto se pode usar este como outro, mas foi feito especificamente para promover produtos comerciais, produtos endógenos, produtos de qualidade, para a competitividade e o turismo, isto é, este logo teve uma finalidade específica, turismo e desenvolvimento económico como marca chapéu de produtos que hoje não têm acesso a marcas específicas e resolvemos na última reunião do Instituto Piaget, Congresso Agro-Alimentar, entregar ao Gabinete Agro-Alimentar do Piaget, essa observação dos respectivos produtos, porque tem mecanismos objectivos suficientes, para não serem critérios subjectivos a determinar os produtos que podem ser comercializados sobre esta marca chapéu em termos gerais. Mas o objectivo foi esse, pergunta-me quem ganhou, é NFORMAS em termos de empresa e cerca de três mil Euros que foi a respectiva adjudicação à empresa, da feitura do logotipo, perfeitamente em termos claros.

Em relação à localização do Posto de Turismo, não vou discutir, cada um tem a sua opinião, não estou a dizer qual é a mais válida, a Câmara tem uma estratégia a médio prazo que não pode comprometer esta existente que é na actual estação dos Caminhos de Ferro da CP, que já é da Câmara Municipal e mais os terrenos todos, na intervenção a efectuar, fazer ali sim, um Posto de Turismo definitivo que leve a articular todas as vertentes dessa situação. Enquanto esse projecto não estiver concluído nem estudado é sempre discutível em ter um, ter dois. Ter três e ser aqui ou ser ali, em termos gerais é preciso ser um sítio onde as pessoas possam parar os carros, porque normalmente vão procurar informações e estão todos habituados a ter algum local de estacionamento.

Em relação à contratação de pessoal, eu não quero fazer juízos subjectivos, não quero fazer da minha parte para a bancada do CDS/PP, a mesma insinuação que faz o CDS/PP para a Câmara de Mirandela, não quero, só lhe quero dizer uma coisa, a Câmara cumpre o que está escrito na legislação, exactamente para os contratos a termo certo resolativos, o que está escrito na legislação e eu penso que a legislação quando foi feita foi para acautelar direitos e deveres, a Câmara ao seguir isso, não tem que seguir outros procedimentos, poder-me-á dizer mas se eu os tivesse, na Câmara além dessa fazia outras, perfeitamente à vontade, perfeitamente legítimo, perfeitamente normal, eu só sigo o que está na legislação.

Em relação se há algum estudo ou não para ver as pessoas que são precisas ou não são precisas ou necessárias ou contratáveis ou não contratáveis, dizer-lhe que para mim, basta-me um estudo e o estudo é este, é olhar para, e também o tem já, uma vez na sua mão no ano de 2005, vai passar a ter o outro em Março de 2007, em que olhando para a situação e a realidade económico financeira da Câmara Municipal e olhando para a capacidade de endividamento da Câmara Municipal e olhando para o orçamento da Câmara Municipal e as respectivas capacidades de endividamento em comparação com outros Municípios, encontrará aí a forma de levar, até porque nós temos agora uma fórmula que é perfeitamente estabelecida e que nenhum pode ultrapassar, já nem nesse domínio temos autonomia. Já só podemos contrair os empréstimos que as Câmaras que as Câmaras tiverem amortizado no ano anterior, nem mais um tostão, imperativo do Ministério das Finanças e ao mesmo tempo também, vamos ter um que diz qual a percentagem exacta que se pode gastar em termos de pessoal, sob pena de, se ultrapassarmos quer um, quer o outro, sermos penalizados no FEF ou no Fundo de Equilíbrio Financeiro do ano seguinte, portanto todos vão ter acesso directo a essas recomendações, porque elas vão-se traduzir na prática em questões levantadas legalmente para se estudar.

Em relação à mini hídrica, eu espero que não lhe fiquem dúvidas. É assim: a mini hídrica quando foi concedida há esse número de anos a uma empresa que a ela concorreu e foi única e não foi a Câmara que lhe atribuiu, foi, como sabe essas questões são atribuídas através dos recursos hídricos e a Câmara Municipal analisa a proposta que foi candidatada e aceitou essa proposta de uma empresa de Mirandela que se chamava EGEVE, naquela barragem e naquele sítio toda a gente teve medo de fazer investimentos, porque o que viabiliza ou não aquela mini hídrica como todos sabem é a Câmara na questão que põs como condição obrigatória, manter o espelho de água



sempre cheio, portanto só a água sobranete é que pode produzir energia e isso levou a que as empresas fizessem vários estudos e essa especificamente nunca tivesse avançado e também nunca tivesse havido mais nenhum interesse por parte de nenhuma e a Câmara tem, desde que o projecto lá esteja aprovado, esteja na Câmara aprovado, pode esperar o tempo que achar necessário, porque aí é os particulares que têm que andar e não a Câmara Municipal. Neste momento há uma nova empresa que vai explorar aquilo, uma empresa que já tem aprovado na Direcção Geral de Energia a respectiva barragem e as respectivas obras e o respectivo estudo, que começa, sei de certeza absoluta, em Setembro / Outubro, as obras, que para o próximo ano no Inverno já deve estar a funcionar, eu não sei se ela é idónea ou não ou se é treta ou não, eu permitam-me, eles não levam a mal, eu digo os nomes que constituem essa empresa, para a Assembleia fazer o seu juízo de valor. O Sr. Eng.º Manuel Zé, o Sr. Eng.º Lameiras, o Sr. Eng.º Normando, o Sr. Víctor Cabano e o Sr. Basílio Pires, são estes os sócios que estão a fazer a respectiva exploração da mini hídrica. Se são idóneos, se não são idóneos, se é treta ou não, os Mirandenses e esta Assembleia farão o respectivo juízo.

Em relação ao Parque Dr. José Gama, dizer-lhe que, 1.º, está enganado numa coisa, é que o Parque Dr. José Gama começou quando eu já era Presidente da Câmara, deixe dizer-lhe isto, eu dou-lhe a data, começou em Setembro de 2006, eu tomei posse de Presidente da Câmara de 1996, eu tomei posse de Presidente da Câmara em Fevereiro de 1996, portanto há uma coisa que lhe vou dizer, quer o concurso, quer a adjudicação da obra, quer a construção da obra, eu já era Presidente da Câmara. Mas eu não quero dizer que a obra é minha, ou é dos outros, ou seja de quem for, só que as pessoas têm que ser informadas é com a verdade. E a verdade é esta. Ele quando foi inaugurado com o nome de Parque Tua Cidade, foi a candidatura que tinha o nome Parque Tua Cidade para ser construído e fui eu na Câmara Municipal, sob minha proposta, aprovada por unanimidade, que resolvemos depois da morte Dr. José Gama, dar o nome Dr. José Gama àquele Parque. As questões que fiquem claras e objectivas. O Parque era Tua Cidade, foi assim que foi candidatado e construído e por isso tinha o respectivo nome, "Tua Cidade", ainda era vivo o Dr. José Gama. Quando resolvemos na Câmara Municipal atribuir-lhe o nome "Dr. José Gama", foi o Executivo que o resolveu atribuir e portanto não há aqui nenhum choque entre uma coisa nem a outra, rigorosamente nada. As questões que fiquem claras e objectivas em termos gerais e as pessoas que se lembrem das datas em que o Parque foi construído e em que datas que o Parque começou a ser construído. Em relação ao que lá está a ser feito e quanto custa. O que lá está a ser feito no fundo do Parque, é para nós, Câmara Municipal de Mirandela, nós, Executivo maioritário da Câmara, estou a dizer que é unânime em todo o Executivo, uma intervenção urbanística em termos de jardinagem, de jardins fixos, para, achamos nós, dinamizar e tornar diferente e mais atractivo, aquele parque. O custo que isso tem não pode ultrapassar os cem mil Euros, que é o que está contratualizado e o que está cabimentado em termos gerais. Essa é a verdade sobre essa situação que vai lá a ser feita. Se gostam, se não gostam ou se deixam de gostar, se está bem, se está mal, a Câmara é responsável por aquilo que tem competências legais para fazer e depois os Mirandenses serão responsáveis para avaliar ou julgar dessa intervenção.

Em relação à questão do inquérito que está a ser definido, acho muito bem que tenha critérios de avaliação, acho muito bem estas duas pessoas que estão aqui e ouviram isto, que tentem em aproveitamento destas situações, para que ele possa ter esta avaliação, porque a mim só me interessa é uma coisa, é de facto saber se no inquérito, a Câmara satisfaz ou não satisfaz, os interesses dos Municípios, rigorosamente mais nada.

Em relação ao Jorge Costa dizer-lhe que sobre as outras situações que já foram levantadas e vai ouvir sempre a mesma resposta e até ser resolvidas vai ter sempre a mesma resposta, os estudos estão a decorrer, só vão ser resolvidas quando houver meios financeiros para isso e estiverem estudadas. Em relação às motas de água, não é tão simples como isso, por isto: nós quando fazemos o campeonato de Jet Ski e a seguir, delimitamos com bóias e já não há tantos problemas, porque há já uma delimitação, embora haja as tais pessoas que saem desse limite sempre para fazerem essas habilidades, mas temos aqui um problema que só os recursos hídricos é que tem competência própria legal para fazer o regulamento dessa delimitação. Já tivemos várias reuniões sobre este aspecto e ainda não conseguimos encontrar uma forma, nem o meio de resolver definitivamente a situação.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, disse:

Terminou Sr. Presidente. Então não havendo mais inscrições nem pedidos, terminou ou vai terminar este Período de Antes da Ordem do Dia. Antes porém, a Mesa também quer juntar a sua voz às diferentes intervenções que aqui foram feitas sobre o desaparecimento dessa figura respeitável que foi o Sr. Arquitecto Albino Mendo. Uma vez que tive o privilégio de conviver com este ilustre



Mirandense, que naturalmente contagiou diversas gerações de Mirandela, que terá e admitimos que sim, produzido uma obra sobre o ponto de vista técnico e criativo, na perspectiva da arquitectura, uma obra que merece ser registada e uma vez que todos recordamos e houve consonância nesse aspecto de que terá contribuído firmemente para o prestígio de Mirandela e para despertar em todas as gerações, o afecto, o respeito, a consideração e tudo aquilo que devemos ao torrão onde nascemos, também nós, em nome da mesa, aqui deixamos a nossa memória respeitosa e o desejo que seja vivificada a memória deste ilustre Mirandense, da linha daqueles que naturalmente contribuem para a respeitabilidade e para que a história, a pequena ou a grande história das nossas terras não esmoreça nem desapareça, ficaremos muito satisfeitos se através dos mecanismos legais desta Assembleia ou do Executivo, naturalmente a memória deste ilustre Mirandense perpetuar para as próximas gerações.

O Senhor Presidente da A. M., perguntou ao **Sr. Presidente da C. M.** se desejava utilizar o tempo que lhe permite a informação a esta Assembleia.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, respondeu, "apenas se houver perguntas por parte da Assembleia."

PONTO N.º 5 – PERIODO DA ORDEM DO DIA

5.1 – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO ART.º 53.º DO DECRETO LEI N.º 169/99 DE 18 DE SETEMBRO.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, disse:

Muito bem. Há alguma pergunta? Faz favor Sr. David Garrido. Tem a palavra. Pedia a maior atenção por favor, enquanto os oradores usam da palavra.

Deputado Municipal David Garrido (CDU):

O Sr. Presidente falou que vai ser construído o posto de turismo nas antigas instalações da CP. É assim?

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, disse:

É assim, as antigas instalações da CP, têm a casa e depois têm ao lado aquele acrescento que são as actuais casas de banho, é aproveitando esse sítio, sem mexer no edifício da estação.

Deputado Municipal David Garrido (CDU):

E porque já foi aqui assim afirmado nesta Assembleia, provavelmente foi abandonado, aquela compra ou aluguer daquele baixo junto ao Café Cocheira, foi falado que iria ficar aí, portanto aí acabou. Foi falado, está registado, mas pronto.

Queria perguntar, se fizesse o favor, em que pé é que está a Carta Educativa. A próxima Assembleia Municipal é em Setembro, as aulas começam nessa altura, a Assembleia deve pronunciar-se sobre a Carta Educativa e até hoje a Assembleia não tem conhecimento da sua existência.

Queria lembrar também que às vezes o tempo passa e as coisas têm tendência para o esquecimento. Não nos podemos esquecer que a PSP ainda não tem instalações condignas. Eu deixava aqui assim uma proposta, não sei se é viável se não é, na possibilidade de o Executivo, com a Telecom e se calhar CoM Ministério do Ambiente, conversarem sobre a possibilidade de poder ser instalada a PSP nas instalações da Telecom, porque onde existiu a chamada loja da Telecom, aliás eles têm uma área muito grande. Creio que o ensino superior lá instalado podia ser reorganizado em formas de ocupação e das duas uma ou ser posto para outro lado, uma vez que foram construídos os serviços sociais num outro sítio e o ideal era reagrupar todo o ensino superior, ou então provavelmente, aquilo tem espaço para poder caber a PSP.

Há uma das coisas que ainda não está, apesar de todos os foguetes que foram atirados, ainda não está concretizado a Direcção Regional de Agricultura do Norte com sede em Mirandela. Ainda não é oficial, portanto sabe-se que eventualmente, gostaria de saber em que pé é que está isto.



Já agora perguntava uma coisa, a Câmara tem reunido, o Executivo tem reunido, é que a Assembleia Municipal, pelo menos eu, deixei de receber as Actas. Já desde Março que não há Actas, portanto não sabemos como é que a gente pode fiscalizar a Câmara, se não sabe o que é que eles decidiram.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, disse:

Ó Senhor Garrido, permita-me que o interrompa, nós devemos todos colaborar, o período de Antes da Ordem do Dia terminou, peço-lhe o favor de dar uma ajuda e de contribuir para o bom funcionamento. Faz favor de continuar.

Deputado Municipal David Garrido (CDU):

Está bem, eu continuo mas também não quero deixar de lhe dizer que este ponto que é uma informação da actividade da Câmara e que foi posto ao Sr. Presidente e o Sr. Presidente disse: a não ser que haja perguntas, é isso que eu estou a fazer, sobre a actividade da Câmara.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

E o que eu estou a pedir ao orador é que seja conciso e célere.

Deputado Municipal David Garrido (CDU):

Ainda no âmbito da Câmara e não só dos Serviços Municipalizados, eu não sei se este é o momento ideal, mas creio que sim. Existe no Regulamento dos Serviços Municipalizados, penso eu que existe, uma situação que me parece extremamente injusta, que é o seguinte: os Serviços Municipalizados fazem um contrato com os utentes da água, o utente da água deixa de pagar, entretanto deixou de pagar a água, a luz e a renda e abandonou a casa. O senhorio não pode alugar a casa, se não pagar a dívida que foi contraída por um inquilino que resolveu não pagar, portanto num espaço de três meses, a não ser que pague a dívida contraída por outrém. O inquilino que ficou sem o dinheiro da renda,

O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, disse:

Em primeiro lugar, todos os gabinetes, todos os serviços de atendimento ao público existentes na Câmara Municipal e portanto todos os Municípios através de meios informáticos e outros se vão dirigir ali para resolver as suas situações e portanto é diferente do posto de turismo.

Em relação à Carta Educativa, dizer-lhe que a Carta Educativa só entra em vigor em 2009 e portanto nós até 2009 temos tempo de aprovar a Carta Educativa. O que existe actualmente é orientações do Ministério de Educação para provisoriamente fazer um reordenamento da rede escolar. Apesar de tudo e até e quando digo a carta educativa só entra em vigor em 2009, isto quer dizer que tudo que vem na Carta Educativa, só se aplica a partir de 2009, porque o Governo só tem investimentos de Fundos Comunitários a partir de 2008 para depois construir essas situações em que é obrigatório. Nós no entanto e partir, ela está a ser metida, na sexta e hoje, a partir de amanhã isso já está à disposição na Internet, através do site da Câmara, para quem se quiser pronunciar e ouvir, o Conselho Municipal de Educação também já se pronunciou e se tudo correr normalmente, em Setembro ou Outubro na Assembleia, virá a esta Assembleia Municipal, terá que cumprir os preceitos legais para mandar para a Direcção de Educação do Norte que é ela que compete aprovar ou não esse documento, independentemente da posição da Câmara.

Em relação às instalações da PSP, dizer-lhe que nós neste momento temos os quatro mil metros quadrados disponíveis no loteamento da Quimigal para fazer um quartel novo e que o Governo nunca nos deu resposta, mas que está à espera dos PIDACs sucessivos para colocar e entendemos se lhe arranjarmos uma situação provisória para eles se instalarem que isso mais rapidamente seja o pretexto para não construírem o Quartel da PSP. Vamos ver o que esta situação dá, porque agora também anda neste novo estudo que está a ser feito e que tem outros pressupostos que não tinha o Governo anterior, vamos ver também se fica definido objectivamente o que acontece à PSP, o que não acontece, só há uma força, se há duas. O estudo que está a ser feito e que eu vi a apresentação outro dia, muito rapidamente, penso que vai ter no futuro indicações novas sobre esta matéria e portanto até lá, temos já o espaço oferecido ao respectivo ministério que se comprometeu



através dos EPI, a fazer o projecto para lá instalar a PSP. E pô-lo em PIDAC. Vamos ver se isso acontece.

Em relação à Direcção Regional de Agricultura do Norte em Mirandela, eu não sei mais nada do que o Sr. Garrido, o que sei é que o Sr. Ministro da Agricultura e todos os responsáveis institucionais me disseram a mim e disseram publicamente que quando esta situação ficasse resolvida de uma só Direcção Regional de Agricultura, ela ficaria sediada em Mirandela. É evidente que não está nada escrito, não há nada definido em Conselho de Ministros, não há nada definido em nada, dizem que têm o prazo até 30 de Outubro, que é o que o PRACE recomenda e isto está incluído no PRACE, vamos aguardar que essas situações se verifiquem, quando tiver mais alguma situação ou mais alguma informação fidedigna sobre esta matéria, transmiti-la-ei, porque eu recebi isso directamente do Sr. Ministro e o Sr. Ministro disse isso publicamente em termos de alguns órgãos de comunicação social. É evidente que escrito e feito não está nada.

Em relação à Actas, tem toda a razão, três foram despachadas na sexta-feira que chegam esta semana e ainda ficam a faltar duas e quando receber essas três, estão lá justificadas e compreenderá, até para que na próxima Assembleia se possa discutir aqui as razões que levaram ao atraso das respectivas Actas.

Em relação aos Serviços Municipalizados, dizer-lhe que já está a ser alterado o regulamento com base nesses pressupostos, já são algumas situações que nos estão a ser chegadas, já foi alterado na reunião do Conselho dos Serviços Municipalizados, falta ir à Câmara e depois vir a esta Assembleia, a ver se na próxima Assembleia ficava alterado, porque de facto não faz qualquer sentido esse regulamento.

5.2 – COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO “CPCJ” – LEI N.º 147/99 DE 01 DE SETEMBRO, ART.º 17.º, ALÍNEA J). ELEIÇÃO DE 4 MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, disse:

Obrigado, o próximo ponto trata de um assunto actual e complexo, delicado que é a Protecção das Crianças e Jovens em Perigo e que concluirá pela eleição de quatro membros da Assembleia Municipal. Algum dos Srs. Membros se pretende inscrever? Sr.ª Dr.ª Elina, Sr. Dr. Maximino. Tem a palavra a Dr.ª Elina, segue-se o Dr. Maximino, entretanto a Mesa não regista mais nenhuma inscrição.

Deputada Municipal Elina Fraga (PSD):

A Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo é constituída por uma equipa multidisciplinar, competindo-lhe desenvolver acções de promoção dos direitos e de prevenção das situações de perigo para a criança e jovem. A necessidade de as competências serem asseguradas de forma eficiente, é imperiosa, tendo o fracasso de outras comissões de protecção noticiado pelos órgãos de comunicação social, envergonhado o país, deixando-nos a todos estarecidos e indignados. O preço a pagar por qualquer falha desta comissão é demasiado elevado para que se possa correr o risco de ter uma comissão alargada que não desempenhe activa e responsabilmente as suas funções, falamos de risco, de perigo, associado a jovens e crianças, carentes e carenciados que merecem ser protegidos. Por outro lado, os direitos das crianças e dos jovens em perigo, são valores absolutos que não ase compadecem com quaisquer divergências político partidárias, antes reúnem seguramente o consenso de todos os Grupos Municipais presentes nesta Assembleia. A responsabilidade de acompanhar as crianças e jovens em perigo, deve ser partilhada por todos nós, o que tendo sido equacionado pelo Grupo Municipal do PSD, determinou se decidisse apresentar a esta Assembleia a seguinte proposta:

"Considerando que a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo é constituída além do mais por quatro membros designados pela Assembleia Municipal, o Grupo Municipal do PSD, vem propor a designação de um elemento de cada partido com assento nesta Assembleia, para integrar tal comissão, substituindo-se a eleição nominal pela designação por cada Grupo Municipal, de um elemento a indicar até final desta sessão que integrará a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo." Fico a aguardar a resposta dos Grupos Municipais.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, disse:



Muito obrigado, tem a palavra o Sr. Dr. Maximino, se faz favor.

Deputado Municipal Maximino Monteiro (CDS/PP):

Eu aproveito a oportunidade para levantar aqui uma outra questão que os meus distintos colegas conhecem, que é a nomeação dos juizes sociais, que se prendem também com os jovens, com os menores. O Decreto-Lei 156/78, prevê a intervenção de juizes sociais em acções de arrendamento rural e em certas acções de competência dos tribunais de trabalho e dos tribunais de menores. Aquele diploma contempla a nomeação de organização de candidaturas por parte das Câmaras Municipais. Eu gostaria de saber, relativamente a este assunto, qual tem sido a posição da Câmara ou qual é a situação neste momento, relativamente à nomeação destes juizes sociais. Era só esta lembrança que eu queria deixar. Obrigado.

Deputado Municipal David Garrido (CDU):

Sobre o assunto em discussão eu concordo plenamente com a proposta que foi apresentada pelo PSD em substituição da votação nominal pela apresentação de um elemento de cada grupo. Eu já fiz parte desta Comissão e agora que tenho mais disponibilidade, também não me importo de fazer parte, não é uma questão de me importar ou não, é uma questão de poder contribuir, dentro das minhas possibilidades.

Relativamente aos juizes quero lembrar o Sr. Dr. Maximino, eu neste momento sou juiz social, já fiz parte no Colectivo do Tribunal de Mirandela sobre situações de menores em risco, portanto foi apresentada uma proposta pela Câmara e foi nomeado pelo Governo os juizes sociais. Neste momento ainda estão em funções.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, disse:

Mais alguma inscrição? Não havendo, a Mesa tem uma proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD, como ouviram, para a nomeação por cada Grupo Municipal, de um elemento que seria naturalmente aceite se não houvesse mais nada a dizer sobre essa proposta. A Questão apresentada pelo Sr. Dr. Maximino julgo que está fora do contexto deste parágrafo e portanto a Mesa não a registará nessa intenção.

Proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PSD:

Votação:

Votos Contra.....0

Abstenções.....0

A Favor.....Unanimidade

DELIBERAÇÃO. A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a criação de uma Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo "CPCJ".

5.3 – ADESÃO Á CARTA DE AALBORG.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, disse:

Adesão à Carta de Aalborg, estão abertas as inscrições, quem é dos Srs. Membros da Assembleia que se pretende escrever?

Tem a palavra o **Deputado Municipal Paulo Rodrigues Pinto (PSD):**

Muito bom dia, Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados. Registo com satisfação o bom decorrer dos trabalhos que estão a acontecer nesta Assembleia, também uma pequena referência em relação ao passe maker da Dr.ª Elina, registo com agrado a preocupação ou melhor a atenção e o clubismo com que está a viver o Euro 2004, mas a melhor forma ainda de, o mundial aliás, o mundial de futebol, enfim estas pequenas coisas e todos os problemas que acontecem de saúde eles são vencidos muitas vezes com a prática desportiva regular e eu chamava a atenção que os Portugueses, 23% da população portuguesa pratica desporto, 3% são federados os outros 70 %, que secalhar somos muitos de nós que aqui estamos, não fazemos nada disso, não quer dizer que os problemas não aconteçam, nem que dê mais anos de vida, mas dá



mais vida aos anos a prática desportiva, chamava a atenção disso. Também, em jeito de reparo até porque outros oradores o fizeram, assinalar aquele acto público da celebração dos contratos desportivos com os Clubes da Cidade que a Câmara Municipal este ano resolveu fazer de maneira diferente, anunciou também que a medição dos resultados agora também seria diferente, elas são sete variáveis que é o apetrechamento das actividades, a formação, a logística, a informática e as viaturas, enfim espero que isso aconteça a favor do bom desporto que se possa fazer na cidade e sob pena que muito dos duzentos e cinquenta mil contos, falo assim que a Câmara investe no desporto, que muitos deles, secalhar a maior parte deles estão feitos em investimentos de gestão corrente, possam acontecer em despesas de investimento. Isto até acontece porque a maior parte dos clubes da cidade ao longo de dez anos secalhar são os mesmos e se porventura modificarmos esta forma de nos preocuparmos mais com as despesas de investimento e não despesas de gestão corrente, a realidade poderia ser diferente. Isto é um reparo e é um reparo positivo e congratulo-me enquanto membro desta Assembleia e natural da cidade que esta nova dinâmica possa acontecer.

O que me traz aqui como nota introdutória, falar sobre a carta de Aalborg, da Cimeira da Terra, conferência dedicada ao ambiente e Desenvolvimento Sustentável, realizada no Rio de Janeiro em 1992 com cerca de representantes de 176 países de todo o mundo, resultou um plano de acção para o desenvolvimento sustentável com um conjunto de medidas integradas nesse âmbito, a Agenda 21. Segundo os princípios de implementação da mesma, devido ao facto de muitos dos problemas e soluções abordadas na Agenda 21 terem as suas raízes em actividades locais, torna-se um factor determinante para o cumprimento dos seus objectivos, a participação e a cooperação dos poderes locais. Daquí surgiu o conceito de Agenda 21 Local, para a qual cada poder local deverá entrar em diálogo com os seus cidadãos, organizações locais, empresas públicas e privadas e deverá adoptar uma estratégia nesse sentido. Portugal também reconheceu e atribuiu particular importância a que se elaborem planos locais de desenvolvimento sustentável como é a Agenda 21 Local, tendo recentemente sido reforçada num documento que é estratégico que é o documento "Estratégia Nacional do Desenvolvimento Sustentável 2005-2015", publicada e tornada pública em Julho de 2004, documento aprovado em Conselho de Ministros.

É portanto neste contexto que é apresentada à Câmara Municipal de Mirandela, uma proposta no sentido de implementar e desenvolver o seu modelo de desenvolvimento sustentável, a Agenda 21 Local de Mirandela. Em concreto, traduz-se num plano de acção configurado para a realidade do Concelho, que reúne numa ordenação, todas as políticas, ideias, medidas, planos e programas de acção elaborados, para garantir o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida de um Concelho para o século XXI.

A Agenda na sua metodologia, contempla a participação de todos os agentes e parceiros da sociedade e individualmente de cada cidadão em particular na construção do desenvolvimento do Concelho, designadamente quanto à dimensão estratégica económica, daí que se proponha uma participação alargada dos Agentes Regionais relevantes, no sentido de atingir uma visão comum sobre o desenvolvimento sustentável.

Por conseguinte, considero que:

- porque o contexto comunitário nacional aponta cada vez mais nesse sentido;
- porque os agentes locais estão mais próximos dos problemas e logo, estão mais próximos das soluções;
- porque o objectivo final, é a elaboração de uma "Carta de Compromisso", era importante que em termos de actuação local, mobilizar os agentes e as forças vivas do Concelho.

Neste projecto estão estabelecidas parcerias com instituições de renome: a Universidade Católica Portuguesa, através do Grupo de Estudos Ambientais da Escola Superior de Biotecnologia, a Câmara Municipal de Mirandela, a Empresa Intermunicipal de Resíduos do Nordeste e a concretizar-se o projecto, será a 1ª Agenda 21 Regional da Região Norte.

Face ao exposto, proposta: adesão à Carta de Aalborg:

O desenvolvimento gestão sustentável do ambiente urbano que garanta a melhoria da qualidade de vida das populações sem comprometer o futuro num quadro de solidariedade intergeracional, constitui um dos desafios mais importantes que se coloca ao exercício do Poder Local. A sustentabilidade das áreas urbanas requer uma série de instrumentos orientados para a dimensão ambiental, económica e social, onde o princípio da cooperação e parceria entre os



diferentes níveis organizacionais e interesses, constituem a base para o fomento do interesse da “coisa comum” que é a cidade e o respectivo concelho.

A conferência do Rio de Janeiro em 1992, ao definir a “Agenda para o Século XXI”, refere no seu capítulo 28, que “cada poder local deverá entrar em diálogo com os seus cidadãos, organizações locais e empresas privadas e deverá adoptar uma “Agenda XXI local”, reforçando a ideia de promover uma clara participação propositada dos cidadãos na elaboração e concretização de estratégias locais para a sustentabilidade.

Nesta óptica, a identificação e a sistematização dos agentes sociais e económicos que actuam no território é fundamental, tal como a dimensão do papel que representam com a delimitação de competências e respectivas esferas de acção, objectivos ou interesses e perspectivas para o futuro.

A Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 65º, n.º 5, veio consagrar o Princípio da Participação, estabelecendo com particulares e associações que tenham por objectivo a defesa dos seus interesses na formação das decisões que lhe disserem respeito.

No sentido da transformação do Concelho de Mirandela, num “Concelho com qualidade e voltada para os Cidadãos” e assumindo a tarefa essencial da identificação das pessoas com o lugar em que vivem e usam, pretende-se criar um documento, de molde a que se constitua de meio para a formação e avaliação das estratégias e políticas urbanas, e correspondentes instrumentos que a institucionalizem inseridos num modelo de desenvolvimento do Concelho.

Este procedimento irá dar coerência ao planeamento municipal numa perspectiva de Plano Negociado, mediante o envolvimento das diversas entidades, a administração centra, agentes sociais e económicos e organizações da população que actuam directamente ou indirectamente no território.

Assim tenho a propor que:

A Assembleia Municipal delibere a adesão do Município à Carta de Aalborg. O Grupo Municipal do PSD votará a favor.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, disse:

Muito obrigado, há mais alguma inscrição sobre este ponto de adesão ao processo de Aalborg? Chama-se a atenção para a importância destas matérias. Não havendo, então vamos votá-lo, uma vez que o Executivo Camarário enviou á Assembleia, para análise, debate e votação.

Votação:

Votos Contra.....0

Abstenções.....0

Votos a Favor.....Unanimidade

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a adesão à Carta de Aalborg.


5.4. – EMPRÉSTIMO A MÉDIO E LONGO PRAZO NO VALOR DE 1.450.000,00 €

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, disse:

Ponto seguinte, Empréstimo a Médio e Longo Prazo de um milhão e quatrocentos e cinquenta mil euros. Quem é dos Srs. Membros da Assembleia que se inscreve? Uma inscrição se faz favor, David Garrido. Pode usar da palavra entretanto se faz favor. Mais alguma inscrição para os Srs. Membros dos Grupos Municipais, para este empréstimo a longo prazo? Pedia a maior atenção ao orador por favor.

Deputado Municipal David Garrido (CDU):

Aquilo que eu tenho para dizer é que não pretendo inviabilizar com o voto contra este empréstimo, também não votarei a favor, irei abster-me por uma razão principal. Somos favoráveis à contratação de empréstimos para fins determinados, para obras determinadas, este empréstimo, segundo o preâmbulo é para pagamentos de obras feitas, pagamentos a empreiteiros, ora entendemos que quando do plano e orçamento, as obras que são apresentadas e o plano e



orçamento é aprovado, pressupõem verbas para as executar, portanto não entendemos muito bem como é que se vai fazer um empréstimo para coisas que foram feitas no plano e orçamento. Eu entendia perfeitamente, uma obra nova que não estivesse no plano e orçamento, exigisse um empréstimo para construção dessa obra, no entanto como digo não quero inviabilizar o empréstimo.

Deputado Municipal Luís Pinto de Sousa (CDS/PP Independente):

Nós também não vamos inviabilizar, aliás os membros nos orçamentos do Executivo também votaram a favor, eu pessoalmente penso que não vou votar a favor e a razão porque, já vamos na quinta alteração, pelo menos foi a informação que nos foi prestada pelos nossos Membros do Executivo, 5.ª Modificação ao Orçamento e que houve uma transferência muito grande, de cerca de meio milhão que foi retirada às habitações sociais, também uma série de obras de caminhos, as intervenções do Palácio dos Távoras, etc., que foram reduzidas as verbas que estavam destinadas e portanto não me sinto confiante com a justificação do empréstimo, mas também não quero inviabilizar.

Deputada Municipal Elina Fraga (PSD):

Para dizer rapidamente que eu pensei que toda a gente viesse falar, novamente, aliás já foi referenciado na última Assembleia Municipal a boa saúde financeira da Câmara Municipal de Mirandela, isto porque deve ser das poucas Câmaras do Distrito que tem capacidade de endividamento, ou seja, é um bom sinal a Câmara poder estar a pedir um empréstimo. Por outro lado manifestar aqui a minha estranheza por parte da intervenção do Dr. Luís Sousa, que disse salvo o erro que se ia abster ou votar contra, não percebi muito bem, abster, porque tem sido defendido e bem, pelo Grupo Municipal do CDS que os fornecedores da Câmara não se compadecem com atrasos no pagamento e realmente tendo sido o pagamento a esses fornecedores o motivo invocado para a contracção deste empréstimo, é estranho que ele não seja aprovado por unanimidade. Muito obrigado.

Votação:

Votos contra.....0

Abstenções.....2 (Membros; Luís Sousa e David Garrido)

Votos a Favor.....49

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, a aprovação do Empréstimo a Médio e Longo Prazo no valor de 1.450.000,00 €.

PONTO N.º 6 – PÚBLICO – 2.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO

Não se registou qualquer pedido de intervenção.

OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, disse:

Entretanto chamava a atenção desta Câmara para o facto de a Proposta sobre Comissão de Menores que foi aprovada, para no fim podermos informar sobre a sua constituição.

Assim, pedia aos grupos municipais para informarem os nomes dos seus representantes.

De seguida, o **Secretário da Assembleia Municipal Dr. Cordeiro, informou a constituição da referida Comissão:**


PSD - Dr.ª Alexandra Prada

PS - Sr. Jorge Costa

CDU - Sr Garrido

CDS/PP - Dr.ª Sílvia Costa Felgueiras.

Deputado Municipal Rui Magalhães (PSD):



Três questões rápidas, já começa a ser tarde, em relação aos atrasos das Actas do Executivo Camarário, essa questão também me foi colocada por várias pessoas e eu tive o cuidado de verificar de detectar saber porque é que isso estava a acontecer e acho que é importante eu partilhar esta informação convosco, as Actas do Executivo Camarário começaram a ser gravadas a partir de determinada altura, até por uma questão até de maior transparência, de exprimir fielmente tudo aquilo que se diz nas reuniões do Executivo, não é fácil depois transcrever para o texto reuniões que chegam a durar três horas, essa é logo a primeira dificuldade, não é fácil. Tanto quanto sei, os elementos do Executivo combinaram que antes do texto final, cada vereador poderia fazer as devidas correcções e assim tem sido e acontece que quando é enviada a correcção e é recebida entre o envio do texto e a correcção propriamente dita, chegam a demorar entre dez a dezoito dias, eu vi isso, tive o cuidado de ver quando é que se envia o texto para correcção e quando é que os vereadores da oposição, do CDS/PP, enviam o texto corrigido. Há situações de dez dias e há situações de dezoito dias. Esta também penso que é uma razão que justifica o atraso do envio das Actas. E também quero dizer que as que já foram aprovadas em reunião do Executivo constarão do site da Câmara Municipal, brevemente.

Em relação à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, eu fiz parte da primeira comissão. Na altura confesso que não me orgulhei muito disso, porque não havia muita motivação por parte das pessoas, entretanto houve uma alteração legislativa e as coisas começaram a funcionar melhor, sobretudo quando se criaram duas comissões diferentes, a comissão restrita e a comissão alargada.

Agora o que eu relembro também aos elementos que foram hoje aqui designados pelos partidos e não só a esses mas a todos os que têm sido designados e eleitos nesta Assembleia, é que existe uma deliberação, já tem dois ou três anos, que obriga as pessoas depois, pelo menos uma vez por ano a prestarem contas da actividade que exercem nos respectivos órgãos, nesta Assembleia Municipal. Penso que é uma obrigação que todos deverão cumprir.

Em relação ao site da Câmara Municipal de Mirandela, queria só pedir às pessoas que utilizassem com mais frequência o espaço das sugestões, nós queremos que as pessoas dêem sugestões, queremos contributos das pessoas, mas não queremos que esse contributo seja meramente teórico, não basta dizer este site não é grande coisa, este site não presta, devia ser diferente, digam-nos porquê, digam-nos concretamente qual é a vossa opinião, isso é importante e eu penso que nem sempre esse espaço está a ser utilizado. Isto também para referir que julgo ser injusto reduzir o site à repetição da Agenda Cultural, ou à inserção de elogios como foi aqui referido na sessão anterior Essa é a visão do empresário que nós respeitamos, mas na minha opinião é uma visão parcial dos objectivos que deve ter qualquer site de Câmara Municipal e eu consultei todos os sites das Câmaras Municipais e há uma série de informação que consta no site da Câmara Municipal de Mirandela que não consta em qualquer outro site. Por isso o que eu peço, é, colaborem connosco, porque só dessa forma conseguiremos servi-los melhor.

E já agora deixo aqui o site da Câmara Municipal, para quem ainda não conheça, www.cm-mirandela.pt. Muito obrigado.

De seguida, O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Deputado Municipal Maximino Monteiro (CDS/PP):

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, eu há pouco, quando fiz a minha intervenção, tinha aqui mais uns assuntos para serem tratados, só que para cumprir realmente o tempo que nos é reservado, acabei por não os abordar todos, deixei ainda concretamente um assunto que tinha sido levantado aqui em Fevereiro por mim e que respeita às placas caídas no desvio para a Freguesia de Aguieiras, mais concretamente as aldeias de Aguieira, Cimo de Vila e Chairos. Eu trago umas fotografias aqui que depois vou mandar chegar ao Senhor Presidente da Câmara, para ver realmente esta situação que me parece escandalosa, porque já há um ano ou mais de um ano que isto se encontra neste estado. Outra questão que queria levantar é a que se prende com o Conselho Cinegético Municipal, e isto é realmente importante, porque este Concelho tem realmente uma potencialidade muito grande para a exploração da caça e gostaria de saber o que é que está feito nesta altura.

Finalmente eu não podia deixar realmente de trazer este assunto à Assembleia Municipal e que se prende com a visita e com a recepção oficial ao Senhor Embaixador de Cuba. Tenho pensado muito neste assunto e das minhas modestas reflexões, tirei conscientemente a decisão de ter de levantar o problema nesta Assembleia. Quero-me referir concretamente à visita oficial e ostensivamente oficializada pela Câmara Municipal de Mirandela à recepção, festa levada a cabo pelos mais altos representantes do Município, ao Senhor Embaixador de Cuba em Lisboa. Trata-se



de uma homenagem de todo imprevisível e injustificada e cuja falta de justificação mais se acentua, se tomarmos em conta o facto de se aliar à visita do dito Sr. Embaixador, ao dia da cidade de Mirandela. Várias pessoas conhecedoras das funções que exerço como Deputado Municipal desta Assembleia me têm interrogado sobre o motivo de tão insólita manifestação oficial. Terá assumido a Câmara Municipal de Mirandela qualquer posição que desconheço nos negócios estrangeiros? Será que o Sr. Embaixador de Cuba é oriundo das terras de Mirandela? Ou terá o Sr. infectível chefe, o comandante Fidel Castro, independentemente da sua etnia galega, qualquer ligação com esta princesa do Tua? Ou germinará nas distintas cabeças dos nossos chefes, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e o Senhor Presidente da Câmara qualquer ligação com o regime de Cuba? Ou com a descoberta com o possível desenvolvimento económico científico da República Popular de Cuba, que ninguém conhece? Todas estas interrogações despontam uma curiosidade das pessoas mais interessadas pelo fenómeno político e até nas menos interessadas. Já cheguei a ouvir com atinência à momentosa decisão de honrarem o Sr. Embaixador de Cuba e por intermédio deste, o seu regime cubano e o seu excelso chefe, a seguinte interrogação. Qual será o conselho municipal cubano que vai ser geminado com o concelho de Mirandela? Estas interrogações que me têm feito deixo-as agora à (sarpicácia?) dos Srs. Presidente da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal, mas como falo não só em meu nome, mas em nome do partido que represento, CDS/PP, quero deixar aqui bem claro, que pela nossa parte não só achamos deplorável o convite feito ao dito Sr. Embaixador, como politicamente injustificável, que esta terra livre de Mirandela se decidisse prestar uma inacreditável homenagem ao representante diplomático de um país onde a liberdade e os direitos humanos sofrem tratos de polé. Se há justificação para tão estranho procedimento desta Câmara, que venha essa justificação. Se não há, então que os Exm.º s Senhores, Presidente da Assembleia Municipal e Presidente da Câmara peçam desculpa às populações que representam, pela inexplicável gafe que cometeram. Assim como nunca hesitarei, como de resto já o fiz, em aplaudir e comungar de todas as justas decisões tomadas em prol do concelho ou do interesse nacional, não hesitarei também em reprovar de forma clara e inequívoca toda a decisão ou mau exemplo que for dado, como a aludida e deplorável homenagem. Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, disse, tem a palavra a Deputada Municipal Elina Fraga (PSD):

A minha intervenção será breve e destina-se sobretudo a deixar aqui três votos. Um voto de congratulação, ou seja Senhor Presidente da Câmara, o Senhor sai daqui com uma responsabilidade imensa e tem neste momento todas as condições para ser o melhor autarca do País. V.Ex.ª dispõe do número do telemóvel do Dr. Luís Sousa e eu congratulo-me com essa circunstância. Um voto de pesar porque os vereadores da oposição parece que não têm o número do telemóvel do Dr. Luís Sousa, um voto de pesar porque se eles tivessem o número do telemóvel do Dr. Luís Sousa, porventura não se perderiam em discussões de teorias de gestão empresarial, em estratégias de filosofia política, retiradas de manuais de economia política e portanto sugiro, não sei se merecerá acolhimento, que o Dr. Luís Sousa seja generoso e dê não só ao poder o seu número de telemóvel, mas também à oposição. Um voto também de boas férias, que julgo que não haverá mais nenhuma Assembleia Municipal antes das férias e por último uma última referência à vinda do Senhor Embaixador de Cuba a Mirandela. É evidente que o Papa também foi a Cuba, não é por isso que se revê no regime cubano, por outro lado não posso deixar de manifestar aqui a minha estranheza, por o Grupo Municipal do CDS, considerar deplorável o convite para um almoço com o Senhor Embaixador Cubano, tendo eu estado presente e confirmado que lá estavam, não um nem dois, mas os três vereadores do CDS/PP, e portanto “2, então eu peço desculpa pela correcção, pareceram-me estar os três”, mas estava lá pelo menos a Dr.ª Graça Calejo e o Dr. Hernâni e portanto eu registo esse facto, porque quando os convites são deploráveis, normalmente não se aceitam.

Deputado Municipal Luís Pinto de Sousa (CDS/PP/Independente)disse, o meu nome foi invocado, só uma resposta muito rápida.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, disse:

Portanto trata-se do direito de resposta. Faz favor Sr. Dr. .

Deputado Municipal Luís Pinto de Sousa (CDS/PP/Independente):



Senhor Presidente da Assembleia, de facto não sei o que hei-de responder à intervenção da Dr.ª Elina, tendo em conta que ainda há pouco o Dr. Rui Magalhães teve um intervenção em que achou positiva, ou positivos alguns dos pontos que eu aqui levantei e que servem apenas para dar resposta a problemas que o Executivo depara todos os dias pronto, eram contribuições positivas para que as coisas melhorem, com benefício mais alargado para a população em geral, portanto não sei qual o alcance das palavras de filosofia política, economia política, se quiser posso-lhe aconselhar alguns livros, se de facto podem ser úteis aqui para os debates em questão. De facto este tipo de intervenção, não sei ao que quer levar. Quer dizer, não sei. O que é que isto traz de qualidade para o debate aqui na Assembleia. Não sei. Sem resposta

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, disse: faz favor Sr. David Garrido.

Deputado Municipal David Garrido (CDU):

Não consigo ficar calado face à intervenção do representante do CDS, relativamente à vinda do Embaixador de Cuba, não é por acaso que existimos em democracia e a democracia pressupõe isso mesmo, é a gente aceitar toda a gente. Provavelmente o regime que defende, aí não estava cá ele nem ninguém, estariam vocês só, admito, mas felizmente que as coisas são diferentes e as palavras do senhor, ficam consigo, pura e simplesmente.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, disse:

Muito bem, não havendo mais inscrições, perguntava ao Senhor Presidente da Câmara se quer comentar ou responder à intervenção do Sr. Dr. Maximino, antes de eu próprio o fazer. Tem a palavra Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, disse:

Muito rapidamente até para responder a algumas questões também antes dessa, que foram do Dr. Maximino, das placas a cair no cruzamento das Agueiras, ele está bem representado, os seus vereadores já apresentaram isso na Câmara Municipal detalhadamente e a resposta também está lá detalhadamente é ver depois a Acta da Câmara Municipal, porque de facto a questão tem sido tratada ao mais alto nível. Apesar de serem placas pequenas, tem sido tratado ao mais alto nível, quer nesta Assembleia, quer na Câmara Municipal.

Em relação ao Conselho Cinegético, dizer-lhe que também convinha saber e secalhar também temos que pôr na Internet, que em Mirandela já estão ordenados, todo o Concelho, um, reservas de caça associativo municipal. Falta apenas o Romeu que está numa fase já avançada de ordenamento e uma pequena parcela de Carvalhais. Tudo o resto está ordenado em zonas de caça associativa ou municipal, aprovadas pelo Conselho Cinegético Municipal e isto é preciso dizer, todo o Concelho de Mirandela, o que é importante essa informação.

Em relação à homenagem ao Senhor Embaixador de Cuba, em primeiro lugar eu quero dizer duas coisas. Em Mirandela não há homenagens nem aos embaixadores, nem a quem nos visita, há recepções com educação, elevação e qualidade, às pessoas que nos visitam e que eu quero que levem uma imagem de Mirandela igual à dos Mirandelenses, rigorosamente mais nada, isto tanto nos embaixadores, como nos membros do Governo, como nos embaixadores de Sintra, do Porto, de Lisboa, que vêm aqui muitas vezes, alguns Senhores influentes dessas terras, que nasceram cá e recebo-as da mesma forma que recebo esta situação.

A segunda questão é esta. A Câmara não convida nenhum embaixador nem nenhum membro de outros países para visitar Mirandela. Esses países e esses representantes é que mostram disponibilidade e bem, para conhecerem Mirandela, a Terra Quente, Trás-os-Montes e tudo aquilo que entenderem para que aprofundem os conhecimentos, para levarem aos seus Governos, para que depois possam eventualmente ou não, fazer alguns investimentos naquilo que são especialistas nesta área. Eu lembro que Mirandela já recebeu da mesma forma, o Embaixador da Áustria, o Embaixador dos Estados Unidos, o Embaixador da África do Sul, o Embaixador da Guiné, o Embaixador de Moçambique, já recebeu toda esta gente só que me lembre e estou a falar só dos embaixadores, com a mesma dignidade, com a mesma forma, com a mesma situação que recebeu o de Cuba, exactamente o mesmo. Eu nem quis saber de que partidos políticos eles eram ou deixavam de ser. Agora há uma coisa que eu lhe digo, Cuba pode ter muita coisa mal, como secalhar nós também temos, mas também tem coisas boas e olhe que eu fiquei a saber que os médicos cubanos,



as especialidades médicas cubanas, secalhar são tão boas como as portuguesas e podiam fazer-nos falta, mesmo em Mirandela.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, disse:

Antes de usar da palavra para responder ao comentário que me foi dirigido, sobre o assunto que o Senhor Presidente da Câmara acabou de referir, eu desejo e sinto-me no dever de informar esta Assembleia que o Grupo que aqui foi designado para ter uma entrevista com o Senhor Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Nordeste, o efectuou recentemente. Estiveram presentes o Senhor Aníbal Garcia, o David Garrido, eu próprio e tivemos uma reunião formal no Hospital de Mirandela, com as pessoas que representam este Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Nordeste, sobre uma questão prioritária que era o assunto das maternidades. Devo informar esta Assembleia, porque isso ficou muito bem definido e eu próprio informei previamente o Senhor Presidente, de que era essa a resposta que iria dar à nossa Assembleia que o Senhor Director do Centro Hospitalar do Nordeste, ainda não se tinha debruçado sobre o dossier das maternidades. Eu fiquei perplexo, perguntei-lhe se era esta a informação que eu deveria dar e autorizou-me e concordou que o fosse. Debatesmos outros assuntos, como fosse a falta de médicos, a carência de especialidades, a questão da assistência que foi feita, do programa que foi celebrado entre várias instituições para fazer um despiste sobre neoplasias da parte terminal do tubo digestivo e o grupo aproveitou para fazer um leque variado e alargado sobre as questões que tanto preocupam os Mirandelenses em termos de assistência aos seus cidadãos, mas na questão objectiva e cuja incumbência nos tinha sido dada, responsabilizada por esta Assembleia, esta foi a resposta que de facto não havia ainda nada. Não é nenhuma surpresa, já hoje aqui foi ventilado e naturalmente que a decisão só virá posteriormente.

Sobre a questão que o Senhor Dr. Maximino me acabou de colocar, a mim e ao Senhor Presidente da Câmara, sobre a visita do Senhor Embaixador de Cuba, eu acho que lhe devo dar a seguinte resposta: não foi, tanto quanto sei, um convite da Câmara Municipal, se o fosse, poderia ter sido, passar-me-ia ao lado, não foi. Fui eu que tomei a iniciativa de convidar o Senhor Embaixador e a sua esposa, que é medica e que eu conheço há alguns anos em virtude das nossas actividades profissionais, a visitar a minha região.

Devo comunicar ao Sr. Dr. e a toda esta Assembleia, que é meu propósito deliberado, consciente, responsável e até arquitectado com alguma estratégia, trazer o maior número possível de entidades prestigiadas, de figuras de relevo, na política ou noutra campo que sejam, trazer à minha terra. Julgo que é um contributo importante para todos nós, darmos a conhecer as nossas virtudes, as nossas paisagens, o nosso povo, é o pouco que podemos fazer. E devo dizer-lhe Sr. Dr. que algum resultado obtive, porque de facto o Senhor Embaixador se Cuba, que é um Globtrotter, porque tem uma experiência diplomática muito alargada e a sua esposa que é convidada repetidamente pelas autoridades relacionadas com o Ministério da Saúde, para dar opiniões, foram de facto satisfeitos com a nossa terra, foram emocionadas com a recepção que nós lhe prestámos. Mas cuidado, não foi só o Concelho de Mirandela. Eu próprio como intermediário desta visita, fui solicitado por outro Concelho, por outro Presidente da Câmara, para aproveitar a visita de uma tão ilustre visitante. Para além dos Srs. Presidentes das Câmaras e dos seus Executivos, houve entidades regionais muito importantes, como a Direcção Regional de Agricultura, que se associaram ou aproveitaram a presença deste visitante ilustre, para se associarem ao processo. Então é meu dever informar a Assembleia que alguma coisa resultou. Devo dizer para aqueles que não sabem, que Cuba é um país que está muito avançado tecnicamente e tecnologicamente, em doenças, em estudo e em investigação, na agricultura biológica, e ficou mais ou menos aprazado, tanto quanto eu fui testemunha do que ouvi, de que pudesse haver trocas de técnicos portugueses e cubanos nesta matéria, uma vez que tanto quanto sei a nossa agricultura precisa de dar avanços importantes nesta matéria. Devo dizer-lhe que no que respeita às características e aos regimes, eu não tenho nenhuma preocupação. Fui educado no respeito por todos os regimes e num espírito de tolerância por todas as políticas praticadas. Para mim, o desejável e o que digo aos meus amigos, aos meus discípulos, aos meus alunos e aos meus filhos, é que o mundo não tenha fronteiras e já agora Sr. Dr., permita-me, em termos de encerramento desta Assembleia, que decorreu tão bem e com a qual eu me emociono e me sensibilizo que Mirandela progrida e ande para a frente neste caminho, que eu termine com um versinho do António Gedeão, que vedava pelo nome de registo na Conservatória de Rómulo de Carvalho e que foi um distinto Professor de Física:

“ Minha aldeia é todo o mundo,
Todo o mundo me pertence.
Aqui me encontro e confundo,
Com gente de todo o mundo
Que a todo o mundo pertence.”

E se porventura não houver mais inscrições, eu dava esta sessão por terminada, desejando-lhe a todos umas boas férias de Verão, porque querida amiga Dr.ª Elina, há mais férias para além do Verão. Sr. Dr. quer falar? Há mais alguma inscrição? Temos tempo, está aberto, se achar que é oportuno e necessário, o maior silêncio por favor.

Deputado Municipal Maximino Monteiro (CDS/PP):

Ó Senhor Dr., eu tenho que lhe dizer o seguinte, se o convite é feito por V.Ex.ª e pelo Senhor Presidente da Câmara a nível particular, eu não tenho nada com isto, a Assembleia não tem nada com isso, agora se é feito em termos oficiais, naturalmente que eu tenho que me insurgir, porque Cuba para mim não é um país democrático e acho que nós, que somos democratas, devemos estabelecer relações com os países democráticos, mais nada.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, disse:

Muito obrigado. Não há mais nenhuma inscrição, então dava esta sessão por terminada, eram 12h50.

Mirandela, 26 de Junho de 2006

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DR. JOSÉ MANUEL PAVÃO

O PRIMEIRO SECRETÁRIO



JORGE MANUEL PEREIRA

O SEGUNDO SECRETÁRIO

DR. HUMBERTO ANTÓNIO CORDEIRO